TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1235

RENDA E DESPESA FAMILIAR NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) 2002-2003

Alexandre Nunes de Almeida
Rogério Edivaldo Freitas

Brasília, novembro de 2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1235

RENDA E DESPESA FAMILIAR NO BRASIL SEGUNDO A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) 2002-2003

Alexandre Nunes de Almeida*
Rogério Edivaldo Freitas**

Brasília, novembro de 2006

* Ex-consultor da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea e atualmente doutorando da Connelicca University.
** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva
Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos Sociais
Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Administração e Finanças
Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Setoriais
João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Macroeconômicos
Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Murilo Lôbo

URL: http://www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

ISSN 1415-4765

JEL J12, 21, D12

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/04/052.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 BASE DE DADOS 9

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS 10

4 DISPÊNDIO MÉDIO DE ACORDO COM A TIPOLOGIA FAMILIAR 33

5 CONCLUSÕES 40

REFERÊNCIAS 42

SINOPSE

Este trabalho teve como objetivo central realizar um retrato bastante detalhado do perfil socioeconômico das famílias e de suas condições de vida a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE) no biênio 2002-2003. Em segundo plano, a partir do modelo logit, pode-se, adicionalmente, investigar a probabilidade de dispêndio com alguns agregados de consumo por duas distintas tipologias familiares, uma com família chefiada por idosos e outra com famílias sem idosos.

Pelos resultados da análise descritiva da renda e do dispêndio, observou-se que existem, por exemplo, substanciais desigualdades, em termos *per capita*, no padrão de vida não somente entre as regiões consideradas mais ricas (Sudeste e Sul) em face das mais pobres (Nordeste e Norte), mas também entre as classes de renda.

Observou-se também, pela análise econométrica, que os comportamentos de consumo das duas tipologias adotadas são bastante diferenciados, dado o controle das características regionais, econômicas e demográficas, principalmente para itens referentes aos serviços de saúde, aos produtos farmacêuticos e aos transportes.

Com isso, acredita-se que o presente trabalho possa fornecer subsídios não somente para empresas montarem suas estratégias de *marketing* e sistemas de produção, mas também para que governos elaborem suas políticas públicas de serviços de saúde, alimentos ou mesmo habitacionais, levando em consideração as características do custo de vida de cada região do país, bem como os perfis de diferentes núcleos familiares distribuídos pelo território nacional.

ABSTRACT

The aim of this article was to make a desegregated analyze of socioeconomic profile of the families from Household Budget Survey (POF) in 2002-2003. Secondly, using the logit model, investigated the probability of consumption by two distinct families, one with elderly and another without elder people.

The results have showed strong inequalities in the cost of life not only among the richest and poorest regions but also among different income classes.

By the econometric analyze, the consumption behaviors are differently significant between two family typologies controlling socioeconomic and demographical characteristics, mainly, the expenditures to health services, medicine and transportation.

Thus, it is believed that the current research can provide subsidies not only to entrepreneurs set up their marketing strategies, production systems, but also to governments direct their social policies considering the main characteristic of cost of life from each region in Brazil and from each family typologies.

1 INTRODUÇÃO

A importância de retratar o padrão de gastos das famílias brasileiras, mesmo num determinado período de tempo, pode ser útil não somente para conhecer as condições de vida por meio do consumo coletivo e individual, mas também pela obtenção de dados para o direcionamento de políticas como aquelas de segurança alimentar e de informações estratégicas para os setores produtivos em termos de novos produtos, logística, aumento da oferta, etc.

Para atingir esse escopo, é útil fazer uso de pesquisas de caráter domiciliar, visto que tais pesquisas trazem o comportamento econômico real dos agentes demandantes. No Brasil, foram realizadas apenas quatro pesquisas de orçamentos familiares (Estudo Nacional de Despesa Familiar – Endef – 1974-1975, Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – 1987-1988, POF 1995-1996 e POF 2002-2003). Embora pouco freqüente em razão do seu custo de execução demasiadamente alto, esse tipo de pesquisa possui uma rica e vasta quantidade de informações, as quais traduzem de forma eficaz o padrão de vida dos indivíduos.

Atualmente, o país vive um momento econômico bastante distinto daquele de décadas passadas. Entre 1980 e 1993, a inflação brasileira atingiu um patamar médio de 438% ao ano (a.a.). Os próprios mecanismos de controle e as políticas implementadas, muitas vezes heterodoxas, que tentavam amenizar esse quadro, acabavam por potencializar seu efeito.[1]

Com a implementação do Plano Real, em 1994, e a estabilidade da moeda, novas gerações de indivíduos experimentaram um novo quadro econômico no país. Esse aspecto é de grande importância na vida das famílias, tendo em vista que o controle sustentado da inflação permite ao chefe de família planejar por prazos maiores seu orçamento doméstico em virtude da renda obtida, melhorando o bem-estar.[2]

Ao mesmo tempo, desde o início da década de 1980, as taxas de crescimento da economia brasileira têm sido modestas, até frustrantes, seja por causa de um quadro externo desfavorável, a exemplo do início dos anos 1980, seja por causa de limitada capacidade de investimento doméstico nos últimos 15 anos, ao lado de crises financeiras internacionais com rebates necessários sobre a estabilidade do crescimento econômico brasileiro recente. Acerca da trajetória recente da inflação e do crescimento da economia nacional, vejam-se os gráficos a seguir.

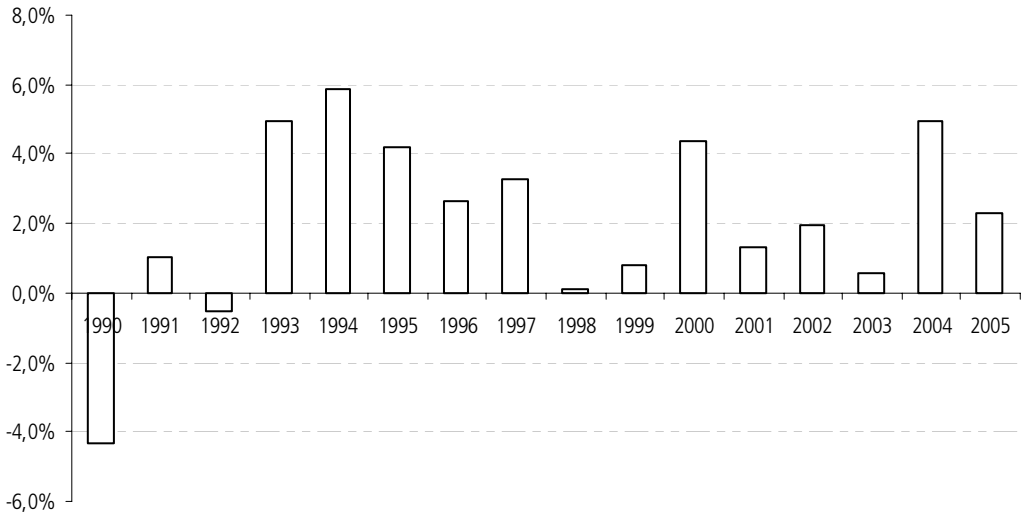
---

1. Pinheiro *et al.* (1999) discutem a herança dos anos 1980 e os problemas deixados para a década seguinte, frutos da estagnação econômica e da espiral inflacionária, assim como a primeira fase do Plano Real, levantando os êxitos da adoção de uma nova diretriz de política econômica – dentre os quais o combate à inflação se faz mais expressivo – bem como os problemas relacionados ao setor externo, à piora das contas públicas e à elevação da taxa de desocupação

2. Todavia, é preciso deixar pontuado que esse ainda é um debate em aberto. Há autores que se referem aos impactos positivos de melhora de poder aquisitivo das classes menos favorecidas em decorrência do Plano Real (BARROS *et al.*, 2000; REIS, SILVEIRA e ANDREAZZI, 2002), enquanto outros analistas enfatizam o caráter não duradouro desse fenômeno com retorno à condição precedente de má distribuição de renda e perda de poder de compra dos mais pobres (PRADO; POCHMANN, 1997).

GRÁFICO 1

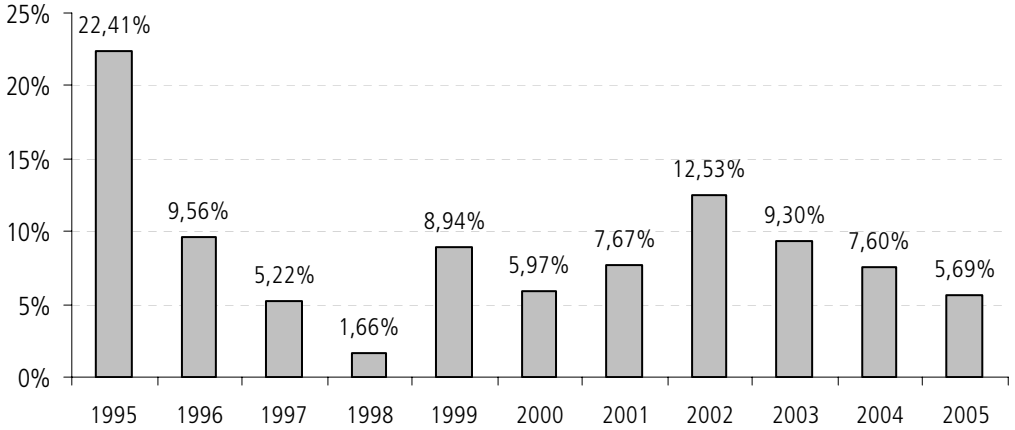
Produto Interno Bruto (PIB): variação real anual, 1990 a 2005



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual, 2006).

GRÁFICO 2

Inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), 1994 a 2005



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC, 2006).

Sobre esse ponto, é preciso citar que, se, por um lado, o controle do processo inflacionário pode ter significado um ganho real de poder de compra para as classes menos favorecidas, por outro, as reduzidas taxas de crescimento da economia brasileira bloquearam o consumo das famílias duas vezes, por serem, em si, uma restrição da renda disponível, como também por dificultar *ex ante* uma melhor distribuição de renda.

O resultado líquido desses dois movimentos é determinante no que se refere aos efeitos finais presenciados em termos de consumo dos diversos estratos de renda familiar ao longo da década de 1990.

Sob tal quadro, o presente trabalho tem como objetivo realizar um retrato do perfil socioeconômico dos indivíduos e de suas condições de vida, buscando respostas a perguntas, como:

1) Em que condições econômicas e sociais essas pessoas se encontram?
2) Quem e quantas são? Onde elas se encontram?
3) Qual é o tamanho médio da família brasileira?
4) Qual é o arranjo familiar predominante?
5) Qual é a renda média?

Além dessas, outras importantes perguntas devem ser investigadas, por exemplo:

1) Acerca dos gastos mensais, qual é o custo de vida da população brasileira?
2) Os padrões de consumo diferem regionalmente?
3) Quais dispêndios entre bens e serviços são mais freqüentes?
4) A tipologia social, econômica ou demográfica das famílias determina padrões de consumo?

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A partir desta breve Introdução, a seção 2 detalha a base de dados utilizada. Na seção 3, serão caracterizados os principais rendimentos e dispêndios familiar e individual, enfatizando aqueles itens ou serviços de maior peso dentro da unidade de consumo, de acordo com a localização geográfica e rendimentos. A seção 4 apresenta uma análise da probabilidade de demanda por produtos ou serviços para diferentes tipologias familiares com base no modelo logit. E, finalmente, a seção 5 tece breves considerações sobre o retrato socioeconômico brasileiro de 2002-2003.

2 BASE DE DADOS

A base de dados utilizada neste trabalho é a Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre julho de 2002 e junho de 2003. A POF diagnostica a qualidade de vida da família brasileira com base, principalmente, no seu orçamento doméstico (IBGE, 2004).

Qualquer pesquisa que retrate o perfil socioeconômico da população por meio da sua estrutura de dispêndio e de recebimentos é geralmente onerosa, o que justifica sua baixa periodicidade, e talvez haja uma correlação positiva com a existência de poucos trabalhos científicos. No caso do Brasil, houve apenas quatro. A primeira, de âmbito nacional, foi o Estudo Nacional de Despesa Familiar 1974-1975. As duas posteriores, as POFs, foram realizadas em 1987-1988 e em 1995-1996. Contudo, elas englobaram apenas as nove regiões metropolitanas, Goiânia e Distrito Federal. A última edição da POF, objeto deste trabalho, além de ter sido realizada em todo o Brasil, adicionalmente, traz medidas antropométricas, como peso e altura dos indivíduos. Essas importantes informações, que permitem medir o grau de nutrição e de desnutrição das pessoas, foram coletadas, anteriormente, somente duas vezes no Brasil, precisamente pelo Endef 1974-1975 e pela Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), em 1989.

Na POF 2002-2003 estão incluídos seis questionários. No questionário um, são pesquisadas informações sobre as condições do domicílio, como abastecimento de água, infra-estrutura sanitária e número de cômodos, além do número de famílias (unidades de consumo) residindo no mesmo espaço domiciliar, e também as características do indivíduo, como sexo, nível de instrução, idade, freqüência à escola, peso, altura e posição da família (chefe, cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico). O questionário dois contém informações sobre as despesas com melhoria (reforma) do domicílio, bens duráveis, etc. O questionário três corresponde a uma caderneta de despesa coletiva, que engloba alimentação, higiene e limpeza, telefone, etc. Nos questionários quatro e cinco existem perguntas sobre os gastos mensais e recebimentos salariais e não salariais, reportados individualmente.[3] Finalmente, o questionário seis contém uma avaliação subjetiva sobre as condições de vida das famílias. Nas informações sobre despesas monetárias e não monetárias, há diferentes períodos de referência, como sete, 30 e 90 dias e seis meses. Isto é, dá-se em razão do tipo de gasto. Por exemplo, no caso dos recebimentos (renda) e alimentação domiciliar (despesa), utilizam-se períodos correspondentes a seis meses e a sete dias, respectivamente. Para a correção dos valores monetários, incluindo despesas e rendimentos, estão disponíveis na pesquisa algumas variáveis construídas pelo IBGE, não somente ajustadas para o período-base de 15 de janeiro de 2003, como também corrigidas pelos respectivos fatores de anualização.

A amostra abrangeu 182.333 pessoas em 48.470 unidades domiciliares.

Para a realização da POF 2002-2003, partiram-se dos resultados do Censo Demográfico de 2000 e de uma concepção de plano amostral idêntica àquela realizada na POF 1995-1996 (IBGE, 2004). Os fatores de expansão foram construídos com base no Censo Demográfico de 2000.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 DOMICÍLIOS

3.1.1 Características gerais

Em 2002-2003, o Brasil possuía 48,4 milhões de domicílios, dos quais apenas 0,27% possuía mais de uma unidade de consumo, isto é, mais famílias residindo no mesmo espaço domiciliar. O número médio de indivíduos por domicílio era de 3,62 pessoas, enquanto a média do número de cômodos estava em torno de 5,8.

Segundo os próprios moradores, cerca de 71% dos domicílios estão pagos ou em processo de aquisição. O restante são domicílios alugados ou cedidos por terceiros. Quanto ao tempo médio de moradia, o número é maior para aqueles que possuem o imóvel, de acordo com o esperado. No geral, em 38% dos domicílios, seus moradores residem por um período superior a dez anos, e cerca de 30% estão residindo a um

3. Levantaram-se também os rendimentos provenientes de fontes não monetárias que, em termos contábeis, são as despesas não monetárias dos itens e serviços obtidos a partir de doação, retirada do negócio, troca, produção própria e outra forma com exceção do aluguel estimado (IBGE, 2004).

período entre um e cinco anos. O restante encontra-se no domicílio por menos de um ano ou entre cinco e dez anos.

Quanto ao serviço de água, luz e saneamento: 77% dos domicílios recebiam água de uma rede geral; 95% recebiam energia comercialmente; 49% tinham saneamento básico da rede pública; 17% possuíam fossa séptica; 22%, fossa rudimentar; e, 12%, outros meios.

Na análise subjetiva,[4] a título de ilustração, exatamente em 78% e 84% dos domicílios brasileiros urbanos, respectivamente, o serviço de água e de lixo é considerado bom pelos moradores. Boas avaliações também foram consideradas quanto à iluminação de rua (71% dos domicílios) e fornecimento de energia elétrica (92% dos domicílios).

3.1.2 Renda

A renda mensal média dos domicílios brasileiros, em 2003, foi R$ 1.819,37, com uma diferença substancial entre os setores urbano (R$ 1.989,15) e rural (R$ 880,57).[5] Na análise regional, os domicílios de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma Renda média mensal de R$ 2.247, seguidos dos domicílios das Regiões Sul (R$ 1.970,90), Centro-Oeste (R$ 1.802,00), Norte (R$ 1.271,00) e Nordeste (R$ 1.101,00). No âmbito nacional, ao enquadrar os domicílios em classes de renda, por exemplo, observa-se que 48% possuem renda mensal acima de cinco salários mínimos (R$ 1.000,00), 35% entre dois e cinco salários mínimos (R$ 400,00 e R$ 1.000,00, inclusive) e 17% abaixo de dois salários (R$ 400,00).[6]

Pela tabela 1, observa-se que o gasto global (alimentar e não alimentar) das famílias, em janeiro de 2003, era de R$ 1.559,84, um pouco menos do que a renda média mensal (R$ 1.819,37).

Observa-se também que famílias com renda mensal baixa têm déficit orçamentário. Por exemplo, uma família com renda entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00 reais (entre 2,5 e cinco salários mínimos – SMs) possui um déficit de R$ 27,00 no mês em relação ao gasto. Essa situação inverte-se quando se observam as classes de renda superiores.

Segundo Castro e Magalhães (1998), que encontraram resultados semelhantes ao analisar os dados da POF 1995-1996 e 1987-1988, esse fato poderia estar refletindo um constante endividamento familiar por meio de uma ampla corrente de solidariedade social com despesas a serem pagas posteriormente.

---

4. Questionário inédito da POF 2002-2003 que investiga subjetivamente as condições de vida das famílias a respeito de itens como luz, água, vizinhos barulhentos, pouco espaço, casa escura, suficiência de renda e alimentação, dentre outros.

5. Renda monetária e não monetária. O ganho monetário decorre do trabalho, da transferência, do aluguel de imóvel, da movimentação financeira, da venda de produtos´, etc., exclusive os empregados domésticos e seus parentes, e para a renda não monetária, em termos contábeis, igual aos ganhos não monetários, constam as despesas "(...) como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria ou salário em bens) utilizados ou consumidos no período de referência da pesquisa e que, pelo menos na ultima transação, não tenha passado pelo mercado" (IBGE, 2004, p. 32). Os valores de itens adquiridos, dessa forma, foram fornecidos pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

6. O salário mínimo em janeiro de 2003 era R$ 200,00.

Em termos de renda *per capita*, nota-se que, no grupo das famílias ricas, essa renda é 2.248% maior do que a do grupo de famílias com até 2,5 SMs (tabela 1). No Brasil, a renda média mensal per capita, em 2003, foi de R$ 635,15.

A tabela 2 apresenta o número de famílias, o recebimento familiar mensal e *per capita* e o número médio de pessoas na família para as cinco regiões brasileiras. Pode-se observar que, enquanto a Região Nordeste apresenta o maior número de famílias até cinco SMs (R$ 1.000,00), 72,76%, a Região Sudeste tem o menor número, 39%.

As Regiões Norte e Nordeste também apresentam as menores rendas *per capita* em termos absolutos. Por exemplo, o grupo de indivíduos das famílias até cinco SMs da Região Norte aufere uma renda *per capita* com um pouco mais de meio salário mínimo, exatamente 0,61 SM. Essas duas regiões mais carentes também possuem famílias mais numerosas do que as das outras três regiões brasileiras, isto é, com cerca de quatro pessoas.

TABELA 1

Número de famílias, recebimento mensal (monetário e não monetário) e *per capita*, dispêndio médio (monetário e não monetário) em reais,[1] e tamanho médio da família para cinco classes de renda no Brasil em 2002-2003[2]

Classes de renda	Número	%	Renda mensal	Renda *per capita*	Tamanho médio	Gasto médio
(0 – 2,5) SM	11.188.710	23,18	320,94	137,78	3,39	434,79
(2,5 – 5) SM	13.488.590	27,95	723,89	260,94	3,65	750,82
(5 – 10) SM	11.912.640	24,68	1.412,66	491,74	3,71	1.335,22
(10 – 25) SM	8.301.140	17,20	3.050,98	1.043,21	3,76	2.611,36
(25 – mais) SM	3.370.116	6,98	9.582,62	3.285,98	3,64	6.928,50
Total	**48.261.196**	**100,00**	**1.819,37**	**635,15**	**3,62**	**1.559,84**

Fonte: POF 2002-2003.

Notas: [1] (Jan./03).

[2] Não inclui o aluguel estimado.

TABELA 2

Número de famílias, recebimento mensal (monetário e não monetário) e *per capita*, tamanho médio da família para quatro classes de renda segundo as regiões brasileiras em 2002-2003[1, 2]

Região/classes de renda	Número de famílias		Recebimento mensal (R$)		Número médio de pessoas por família
	Número	%	Número	*Per capita*	
Centro-Oeste					
(0 – 5) SM	1.933.663	55,66	552,98	166,44	3,3
(5 – 10) SM	802.856	23,11	1.395,97	375,96	3,7
(10 – 25) SM	491.580	14,15	3.066,60	796,55	3,8
(25 – mais) SM	245.964	7,08	10.428,81	2.981,26	3,5
Total	**3.474.062**	**100,00**			
Nordeste					
(0 – 5) SM	8.845.526	72,76	465,46	118,77	3,9
(5 – 10) SM	1.912.316	15,73	1.382,66	320,30	4,3
(10 – 25) SM	1.030.924	8,48	2.972,89	693,90	4,3
(25 – mais) SM	368.361	3,03	9.688,98	2.358,65	4,1
Total	**12.157.128**	**100,00**			
Norte					
(0 – 5) SM	2.038.812	65,11	522,06	123,71	4,2
(5 – 10) SM	648.186	20,70	1.388,69	293,61	4,7
(10 – 25) SM	521.994	16,67	2.937,34	677,40	4,3
(25 – mais) SM	110.536	3,53	9.387,14	2.059,75	4,6
Total	**3.131.335**	**100,00**			

(continua)

(continuação)

Região/classes de renda	Número de famílias		Recebimento mensal (R$)		Número médio de pessoas por família
	Número	%	Número	*Per capita*	
Sul					
(0 – 5) SM	3.375.137	43,60	608,76	194,44	3,1
(5 – 10) SM	2.273.573	29,37	1.427,65	409,13	3,5
(10 – 25) SM	1.552.872	20,06	2.979,80	836,54	3,6
(25 – mais) SM	539.557	6,97	9.872,24	2.966,16	3,3
Total	**7.741.139**	**100,00**			
Sudeste					
(0 – 5) SM	8.483.262	38,99	595,19	187,14	3,2
(5 – 10) SM	6.274.872	28,84	1.420,98	405,45	3,5
(10 – 25) SM	4.891.093	22,48	3.096,24	841,91	3,7
(25 – mais) SM	2.106.129	9,68	9.401,18	2.605,78	3,6
Total	**21.757.532**	**100,00**			

Fonte: POF 02/03.

Notas [1] Estrutura da tabela baseada em Hoffmann (2000).

[2] Na categoria de famílias até cinco SMs estão incluídas aquelas sem rendimento.

Na tabela 3, são apresentadas algumas estatísticas sobre as condições de vida das famílias durante o período de um mês. Essas informações fazem parte do questionário seis da POF 2002-2003, ineditamente realizado. Segundo o IBGE (2004), a avaliação de caráter subjetivo leva em conta a percepção dos indivíduos sobre sua qualidade de vida, e essa, obviamente, poderá variar de indivíduo para indivíduo em razão de outros fatores sociais e culturais. Um outro aspecto importante é lembrar que o nível educacional afeta bastante numa análise como essa, visto que pessoas de diferentes níveis de escolaridade podem ter diferentes medidas de comparação.

Pela abertura da tabela 3, nota-se que mais de 90% das famílias até cinco SMs das cinco regiões, segundo seus moradores, têm dificuldade para chegar até o fim do mês com a renda mensal que possuem. Essa proporção diminui à medida que se muda de classe. No entanto, é curioso observar que mesmo dentre os mais abastados (+ 25 SMs), ao redor de 50%, também se auto-avaliaram com dificuldade financeira para chegar até o fim do mês, dada sua renda mensal corrente.

TABELA 3

Distribuição percentual da suficiência da renda no final do mês e atrasos das principais despesas domiciliares para quatros classes de renda (monetária e não monetária) segundo as regiões brasileiras em 2002-2003

Região/classes de renda	Renda mensal permite viver com		Atrasou o pagamento?		
	Dificuldade	Facilidade	Aluguel ou prestação	Água, luz, gás, etc.	Bens ou serviços
Centro-Oeste					
(0 – 5) SM	92,95	7,05	10,13	45,46	28,08
(5 – 10) SM	83,66	16,34	8,86	46,01	31,72
(10 – 25) SM	71,10	28,90	6,85	41,83	27,57
(25 – mais) SM	48,82	51,18	8,03	22,57	16,07
Nordeste					
(0 – 5) SM	94,80	5,20	5,44	45,57	29,48
(5 – 10) SM	87,19	12,81	6,61	54,89	34,19
(10 – 25) SM	80,69	19,31	11,99	52,96	35,23
(25 – mais) SM	55,81	44,19	6,40	33,70	21,58

(continua)

(continuação)

Região/classes de renda	Renda mensal permite viver com		Atrasou o pagamento?		
	Dificuldade	Facilidade	Aluguel ou prestação	Água, luz, gás, etc.	Bens ou serviços
Norte					
(0 – 5) SM	94,14	5,86	5,46	43,86	32,16
(5 – 10) SM	87,01	12,99	3,71	47,78	38,27
(10 – 25) SM	74,16	25,84	6,33	49,29	35,56
(25 – mais) SM	59,45	40,55	5,75	40,20	21,60
Sul					
(0 – 5) SM	90,40	9,60	6,27	39,67	27,71
(5 – 10) SM	81,05	18,95	6,73	34,88	25,52
(10 – 25) SM	65,30	34,70	6,15	28,21	22,04
(25 – mais) SM	44,40	55,60	6,12	20,82	16,02
Sudeste					
(0 – 5) SM	92,41	7,59	10,05	43,35	27,31
(5 – 10) SM	85,97	14,03	8,70	43,40	28,28
(10 – 25) SM	77,09	22,91	9,63	37,75	26,75
(25 – mais) SM	59,28	40,72	4,48	19,68	17,05

Fonte: POF 2002-2003.

Observa-se também que mais de 40% das famílias até cinco SMs e da classe entre dez e 25, SMs em quatro regiões, menos na Região Sul, atrasaram uma ou mais vezes contas de luz, água, gás, etc. O maior número foi observado entre as famílias da classe entre cinco e dez SMs na Região Nordeste, das quais, quase 55% já atrasaram suas contas no período de um ano anterior à data de realização da entrevista.

Para bens e/ou serviços adquiridos um ano antes, os números mostram que à exceção da Região Sul, nas demais regiões, a classe entre cinco e dez SMs costuma atrasar mais a prestação desse tipo de despesa do que a classe das famílias até cinco SMs e mais 25 SMs. No caso de aluguéis ou prestação de imóveis, não houve atrasos nos pagamentos além de 12% das famílias, dado suas respectivas regiões e classes.

Em resumo, nota-se que a maior parte das famílias brasileiras afirma que sua renda mensal não é suficiente para chegar até o fim do mês e, por isso, enfrentam alguma dificuldade financeira. Adicionalmente, uma avaliação mais robusta sobre a percepção das condições de vida das famílias também deveria ser calibrada com modelos econométricos que isolem a endogeneidade dos efeitos regionais, demográficos e socioeconômicos para então sugerir algum tipo de ação pública mais específica.

3.1.3 Despesas globais

Neste item, para conhecer o padrão de consumo da população, inicialmente, as despesas foram classificadas em seis tipos, a saber: *i*) alimentação (realizada dentro e fora do domicílio); *ii*) serviços públicos e privados essenciais (água e esgoto, energia elétrica, gás e telefone fixo); *iii*) habitação (construção ou reforma, aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos e outros itens, limpeza); *iv*) pessoais (higiene corporal, comunicações, transportes, fumo, jogos, lazer, produtos farmacêuticos, roupas, assistência à saúde, outros imóveis, transferências financeiras, educação e viagens); *v*) aluguel, condomínio e impostos; e *vi*) veículos (aquisição, manutenção e documentação).

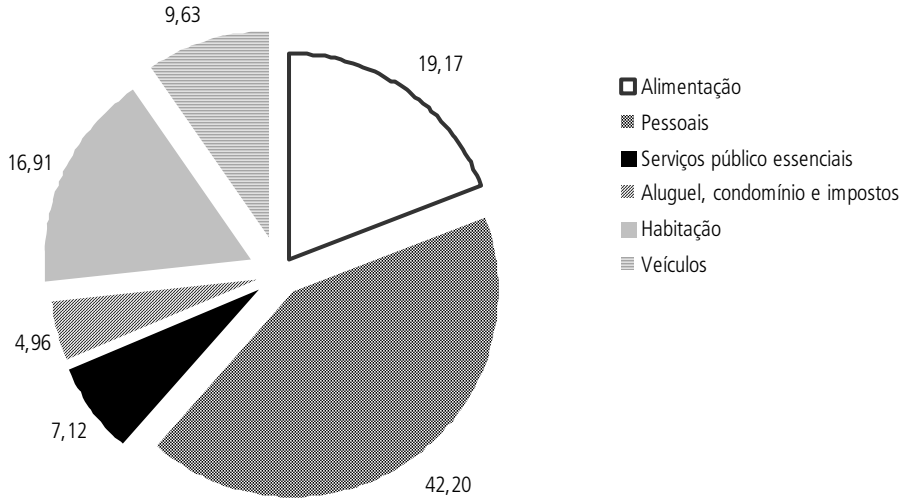
O gráfico 3 apresenta a distribuição desses seis grandes agregados. Esses valores foram calculados a partir das despesas mensais com valores em reais de janeiro de 2003.

Como se pode observar, o item despesas pessoais apresenta a maior participação no orçamento doméstico com 42% do total. Em segundo, vem a alimentação (realizada dentro e fora do domicílio) com 19%, seguidos de habitação (17%) e de veículos (10%). Serviços básicos de saneamento, energia, gás e mesmo telefone fixo representam exatamente 7% do orçamento doméstico e a menor parcela é do agregado aluguel, condomínios e impostos (5%).

No gráfico 4, tem-se a distribuição das despesas por classes de renda em 2002-2003. Para as famílias que possuem uma renda mensal de até R$ 500,00 (2,5 SMs), os gastos com alimentação são responsáveis por 37% do orçamento doméstico e, conforme se desloca de classe, essa participação tende a diminuir até o limite de 10% na classe das famílias mais abastadas. Nota-se também que o agregado das despesas pessoais aumenta sua participação quando se eleva de classe, assim como acontece com o agregado veículos.

GRÁFICO 3

Distribuição das despesas globais (monetárias e não monetárias) das famílias no Brasil em 2002-2003[1]

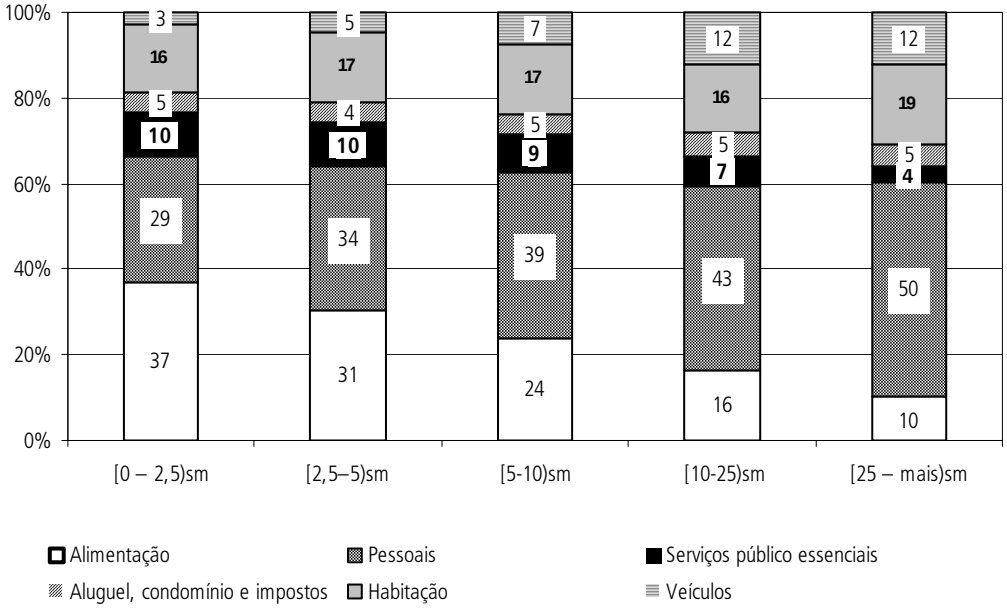


Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Não inclui o aluguel estimado.

GRÁFICO 4

Distribuição das despesas globais (monetárias e não monetárias) das famílias, segundo a renda mensal (monetária e não monetária) no Brasil em 2002-2003[1]



Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Não inclui o aluguel estimado.

3.1.4 Despesas com alimentos

Sabe-se que, do ponto vista das políticas públicas, conhecer a demanda, principalmente por alimentos, permite inferir diretamente sobre a qualidade de vida das famílias, mediante seu custo de vida, e auxilia a indústria ofertante a direcionar suas estratégias e políticas de investimentos. Ademais, segundo Menezes *et al.* (2002), como o item alimentação tem um grande peso no dispêndio das famílias das regiões mais pobres do país, estudos sobre demanda também têm como função primordial auxiliar na orientação de políticas públicas de segurança alimentar.

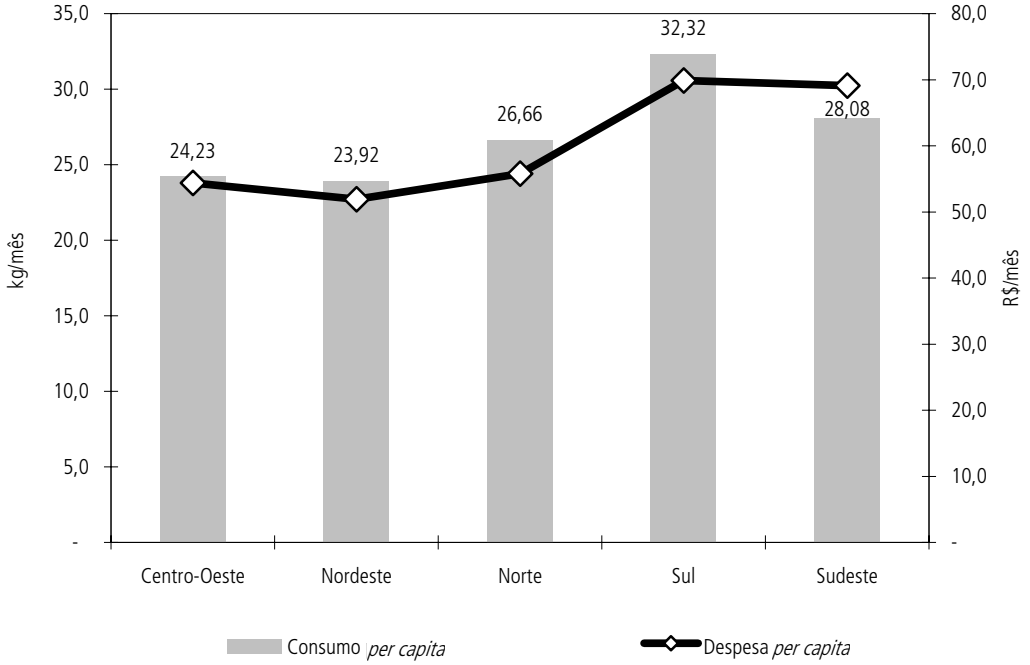
Uma vez que a POF 2002-2003 abrangeu todo o território nacional, diferentemente das duas edições anteriores, é possível diagnosticar se existem diferenças no consumo alimentar em razão do grau de desenvolvimento ou de desigualdades presentes nas cinco regiões. Para ilustrar, no gráfico 5, são apresentados o consumo e a despesa *per capita* do agregado alimentação realizado dentro do domicilio.[7]

7. Os produtos alimentares estão agrupados em categorias de acordo com suas características de origem, composição e industrialização. Fazem parte: cereais, leguminosas e hortaliças tuberosas; farinhas, féculas, massas, cocos, castanhas e nozes; hortaliças folhosas, frutosas e outras; frutas, açúcares e produtos de confeitaria; sais e condimentos; carnes e vísceras; pescados marinhos; pescados de água-doce; enlatados e conservas; aves, ovos e laticínios; planificados e carnes industrializadas; bebidas não-alcoólicas e infusões; óleos, gorduras e alimentos preparados ou semi-preparados; bebidas alcoólicas e cestas básicas, natal, café da manhã, etc. É importante também lembrar que os registros se referem às quantidades adquiridas (monetariamente ou não), e não representam o consumo real, isto é, sem armazenagem. Ademais, não está incluída a parcela com alimentação realizada fora do domicílio.

Como pode ser observado, a Região Nordeste reporta entre a sua população não somente o menor consumo alimentar *per capita* (23,92 quilos/mês) como também a menor despesa (R$ 56,00/mês). Os maiores números estão presentes na Região Sul, com o consumo *per capita* mensal (32 quilos/mês) e a despesa de cerca de R$ 70,00/mês.

GRÁFICO 5

Consumo e despesa alimentar *per capita* por família para as cinco regiões[1]



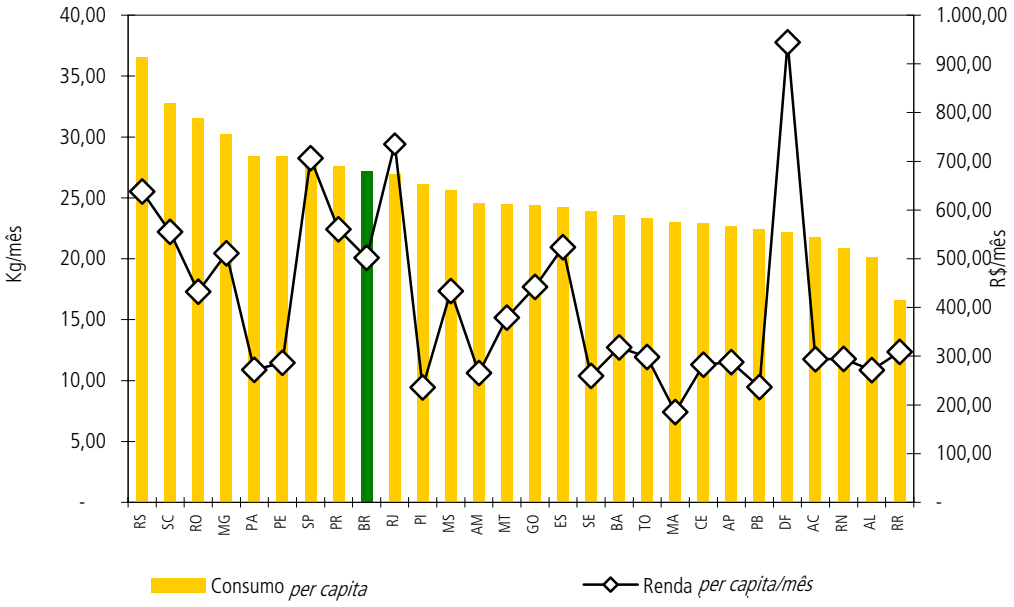
Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] R$/jan. 2003 e não está incluída a refeição realizada fora do domicílio.

Essa discrepância, tanto no consumo como na renda dispendida com alimentos, é mais nitidamente observada entre os estados (gráfico 6). Por exemplo, a diferença do quanto é consumido por indivíduo nas populações do Rio Grande do Sul e de Roraima é da ordem de 120%, e também se observa que em 18 estados mais o Distrito Federal o consumo *per capita* é inferior ao da média nacional (27 quilos/mês). Percebe-se também que a elevada renda *per capita* existente no DF não equivale proporcionalmente ao consumo *per capita.* Esse fato também poderia ser mais investigado em outros estados, como no Maranhão e no Ceará, que apresentam quase o mesmo consumo alimentar, mas diferem na renda *per capita*. O mesmo comportamento também se observa para os Estados de Pernambuco, Pará e São Paulo. Esses três estados têm valores de consumo alimentar *per capita* muito semelhantes; no entanto, a variável renda *per capita* de São Paulo é bastante discrepante daquela encontrada em Pernambuco e Pará.

GRÁFICO 6

Consumo alimentar e renda *per capita* familiar por unidade da Federação[1]



Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] R$/jan. 2003 e não está incluída a alimentação realizada fora do domicílio

Mencionadas as discrepâncias entre estados pobres e ricos, um ponto interessante é observar também essas desigualdades do consumo alimentar *per capita* entre as classes de renda (gráfico 7). Para as cinco classes arbitrariamente estabelecidas, pode-se observar uma grande discrepância no consumo e na despesa realizados mensalmente entre as classes. Enquanto o grupo de até 2,5 SMs ingere dentro do domicílio cerca de 20 quilos de alimentos/mês, praticamente o dobro (39 quilos) é consumido entre indivíduos das famílias com mais de 25 SMs.

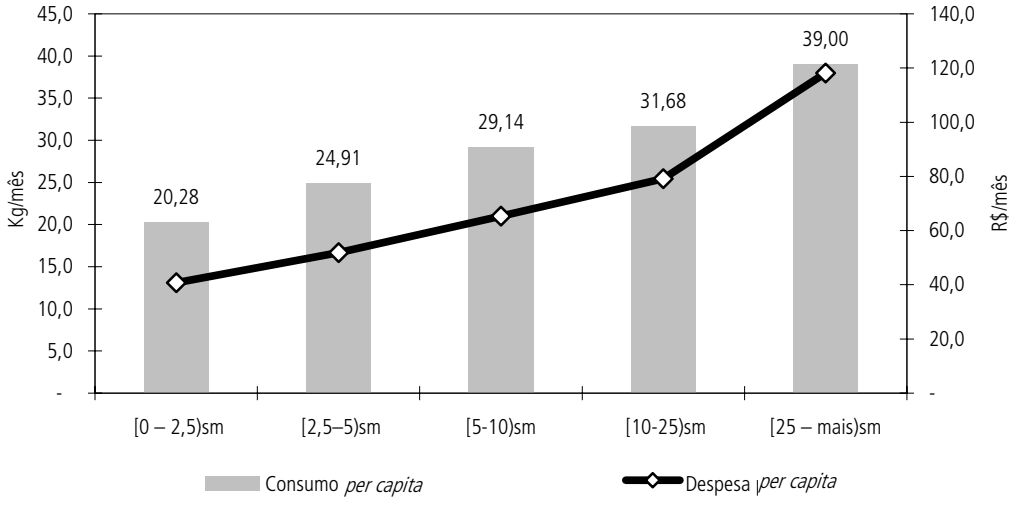
Existem indícios de que o Brasil tem enfrentado problemas de sobrepeso, principalmente na população adulta. Segundo o IBGE, analisando os dados da POF 2002-2003, dentre 95,5 milhões de pessoas, enquanto 4% apresentaram *déficit* de peso, 40,6% apresentaram excesso.[8]

Dessa forma, nesse retrato do perfil alimentar da população, torna-se também importante analisar quais fontes de alimentos (protéicas, calóricas, fibrosas, etc.) estão sendo mais ou menos consumidas.

8. O nível mínimo de *déficit* alimentar para uma população ser considerada desnutrida é de 5%. Vide: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=278, (29/8/2005)>.

GRÁFICO 7

Consumo e despesa alimentar *per capita* por família para as cinco classes de renda mensal[1]



Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] R$/jan. 2003 e não está incluída a alimentação realizada fora do domicílio.

Na tabela 4, são apresentados para 66 produtos, o consumo anual médio *per capita* nacional (inclui o consumo de qualquer alimento dentro do domicílio proveniente de aquisições monetárias e não monetárias) e a variação percentual do consumo médio anual por classes de renda familiar mensal com base na média nacional. Por exemplo, no caso do agregado alimentação dentro do domicílio, enquanto se observa uma média *per capita* de 326,22 quilos/ano, os indivíduos de famílias até 2,5 SMs consumiam 34% menos e indivíduos nas famílias com mais de 25 SMs tiveram um consumo alimentar de 29,92% superior ao da média *per capita*. Obviamente, a quantidade consumida de qualquer produto variará em razão de sua elasticidade/renda para cada classe econômica.

Ao analisar os alimentos desagregados, dado o número de produtos, optou-se por ordená-los a partir do consumo médio nacional localizado na segunda coluna da tabela. Isso quer dizer que refrigerantes e águas são os itens mais consumidos pela população em termos *per capita* (34,45 quilos), seguidos do leite de vaca pasteurizado ou tipo C (33,09 quilos) e assim sucessivamente.

Nesse retrato, para os dois primeiros produtos anteriormente mencionados, quando se observam as classes de renda, percebe-se que a quantidade consumida tende a aumentar quando se muda de classe de renda. No caso do leite pasteurizado ou tipo C, produto importante do ponto de vista nutritivo, o consumo *per capita* entre as famílias de renda entre zero SMs e 2,5 SMs é 46% menor do que a média nacional e entre os mais abastados é 11,56% acima da média.

Para o arroz polido, terceiro produto mais consumido no Brasil, observa-se que classes de renda mais elevada (acima de 10 SMs) consumiram menos esse produto. Esse mesmo comportamento de consumo se observa nos outros tipos de arroz (produto nº 6 na tabela).

Quanto à fonte de proteína mais consumida, a carne de frango, foi, em 2002-2003, o quarto produto consumido no Brasil, com 13,44 quilos/*percapita*/ano. Indivíduos classificados em famílias até 2,5 SMs tiveram um consumo 28% inferior ao da média nacional. Nota-se também que esse tipo de alimento não estava muito presente na dieta das famílias ricas (somente 2,82% acima da média nacional).

No caso do pão francês, entre as famílias com até 2,5 SMs e entre 2,5 SMs e cinco SMs, seu consumo *per capita* é bastante inferior se comparado à média nacional. Em 2002, contata-se que uma parcela da população presente nas famílias mais abastadas é grande demandante desse produto. Resultado semelhante também pode ser extraído para leite longa vida e frutas, como banana e laranja, por exemplo.

Para a parte da população em famílias com até cinco SMs/mês, a farinha de mandioca parece ser um importante subsídio alimentar, dado que o consumo *per capita* nessas duas classes, respectivamente, foi da ordem de 44,8% e 20,1% superior ao da média nacional.

Quanto às carnes de origem bovina, assim como constatado para a carne de frango, a população pobre parece não consumir muito. Mesmo em relação à carne considerada de segunda (produto nº 12), de menor qualidade, o consumo *per capita* é superior ao do valor nacional apenas nas classes intermediárias de renda. No caso da carne de primeira (produto nº 16), o consumo nas famílias com até 2,5 SMs é 137% inferior ao da média nacional; todavia, para os indivíduos das duas classes de renda mais elevada (entre dez e 25 SMs e +25 SMs), esse registro é, respectivamente, da ordem de 33,56% e 52,67% superior ao da média nacional.

Uma grande variação negativa observada nos estratos de renda da população das famílias mais pobres se correlaciona diretamente com o seu *déficit* alimentar. Segundo o IBGE, um *déficit* de peso observável diminui à medida que aumenta a renda. Por exemplo, na população masculina e feminina superior a 20 anos e cujo rendimento *per capita* é inferior a 0,25 SM, por sua vez, o *déficit* é de 4,5% e 8,5%, respectivamente. Nas classes de rendimento *per capita* superior a cinco salários mínimos, por sua vez, o *déficit* de peso para homens e mulheres, respectivamente, é de 1,3% e 3,3%.[9]

TABELA 4

Consumo médio anual *per capita* dos alimentos em quilogramas e variação percentual do consumo médio *per capita* por classe de renda com base no consumo médio do Brasil[1]

Item	Despesa	Brasil	(0 – 2,5) SM	(2,5 – 5) SM	(5 –-10) SM	(10 – 25) SM	(25 – mais) SM
	Alimentação total	326,22	-34,11	-9,23	6,6	13,87	29,92
	Tamanho médio da família		3,39	3,65	3,71	3,76	3,64
1	Refrigerantes e águas	34,45	-155,04	-42,21	11,05	36,31	54,64
2	Leite tipo C	33,09	-45,57	-0,72	13,92	10,09	11,56
3	Arroz polido	19,7	-3,75	7,32	6,79	-10,69	-27,12
4	Carne de frango	13,44	-28,05	2,1	10,6	5,08	2,82
5	Açúcar refinado	12,14	10,11	15,41	2,11	-35,97	-86,2
6	Arroz (outros)	11,87	19,02	9,39	-3,07	-47,41	-30,33
7	Pão francês	10,69	-74,51	-11,47	15,48	23,33	23,67
8	Açúcar cristal	8,25	-11,27	-1,52	7,31	-1,39	11,78

(continua)

9. *Vide*: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=278>.

(continuação)

Item	Despesa	Brasil	(0 – 2,5) SM	(2,5 – 5) SM	(5 –10) SM	(10 – 25) SM	(25 – mais) SM
9	Leite longa vida	7,99	-287,67	-84,22	3,88	42,05	68,33
10	Farinha de mandioca	7,86	44,8	20,07	-46,15	-178,6	-267,29
11	Óleo de soja	7,33	-6,64	-3,5	14,13	-2,42	-20,71
12	Carne de segunda	7,32	-21,34	0,49	12,67	3,89	-7,61
13	Banana	7,21	-74,89	-15,48	14,81	23,4	31,92
14	Laranja	6,79	-181,88	-69,58	3,14	51,06	47,35
15	Farinha de trigo	5,15	-54,01	11,88	11,22	14,11	-39,57
16	Carne de primeira	5,15	-137,29	-39,26	13,11	33,56	52,67
17	Tomate	5	-30,66	-15,62	2,85	17,84	37,68
18	Feijão (outros)	4,8	32,23	11,27	-30,63	-49,88	-36,02
19	Feijão carioca	4,76	-5,68	11,59	2,23	-10,14	-26,53
20	Biscoitos	4,52	-12,65	-6,39	-0,17	5,06	31,3
21	Macarrão	4,27	-7,44	2,86	1,76	-1,77	8,43
22	Batata inglesa	4,07	-134,72	-21,64	19,91	25,97	42,78
23	Embutidos de carne	3,86	-60,1	-13,76	8,39	24,98	32,92
24	Milho (subprodutos)	3,86	31,43	14,71	-11,29	-66,52	-215,15
25	Milho (*in natura*)	3,74	3	20,64	5,33	-96,29	-25,91
26	Cebola	3,47	-50,61	-11,09	11,62	17,51	31,43
27	Batata (outras)	3,3	-79,78	-8,22	20,02	12,55	30,68
28	Carne de porco	3,24	-51,33	-7,04	24,5	6,94	-1,03
29	Outras carnes	3,2	-8,14	1	-1,92	11,23	-4,02
30	Feijão preto	2,88	-4,5	3,23	6,78	-11,23	-7,97
31	Pescados de água-doce	2,76	33,79	15,8	-37,36	-59,74	-59,08
32	Sal refinado	2,57	13,35	8,6	-0,48	-24,76	-38,83
33	Café moído	2,47	-6,1	-3,87	4,58	0,22	12,47
34	Melancia	2,46	-99,74	-51,58	14,2	27	58,5
35	Outros pães	2,26	-37,13	-8,62	7,89	8,5	37,32
36	Iogurtes	2,25	-244,85	-53,26	15,13	37,07	59,41
37	Outros queijos	2,02	-681,47	-238,85	-127,53	-36,39	29,71
38	Mandioca	1,76	-13,86	16,1	15	-27,42	-77,95
39	Ovos de galinha	1,71	-19,2	-0,67	18,2	-6,04	-15,24
40	Maçã	1,68	-195,71	-50,5	12	36,53	59,73
41	Cenoura	1,67	-102,04	-39,01	17,39	31,6	44,3
42	Pescados marinhos	1,62	-0,93	-8,91	0,54	-10,92	37,47
43	Margarina	1,61	-57,76	-4,87	12,91	14,27	26,75
44	Leite não especificado	1,58	-104,67	-54,51	22,77	30,03	46,04
45	Costela	1,56	-13,39	2,99	3,44	13,43	-44,57
46	Mortadela e presunto	1,26	-63,8	-36,06	6,34	29,23	50,24
47	Molho de tomate	1,22	-184,3	-30,11	10,92	35,82	52,92
48	Leite em pó	1,21	13,96	1,15	-13,76	-4,89	0,57
49	Enlatados e conservas	1,18	-152,31	-73,61	7,54	40,88	61,12
50	Suco de frutas	1,03	-588,2	-162,95	-25,92	47,45	78,4
51	Chocolates e achocolatados	0,94	-272,39	-68,99	14,05	36,48	65,49
52	Inhame ou aipim	0,92	-16,19	-0,19	1,21	7,99	18,33
53	Pão de forma	0,86	-246,45	-75,43	-3,6	40,64	69,92
54	Mussarela	0,73	-587,77	-126,34	-9,22	51,53	71,47
55	Alface	0,64	-108,98	-23,48	18,86	28,76	35,5
56	Vinagre	0,64	-69,73	-16,6	10,99	26,25	34,83
57	Limão	0,57	-143,06	-95,62	1,78	44,75	62,9
58	Chás	0,54	-80,19	1,65	12,32	8,02	39,29
59	Beterraba	0,42	-131,88	-45,19	12,52	31,58	57,15
60	Alho	0,4	-62,93	-13,79	15,52	10,53	41,75
61	Maionese	0,39	-262,42	-63,61	19,32	39,94	56,31
62	Manteiga	0,32	-69,91	-30,79	-8,29	20,83	64,75
63	Suco de frutas em pó	0,27	-160	-46,02	10,9	41,38	48,86
64	Café solúvel	0,13	-45,22	-11,15	-18,04	31,16	43,56
65	Balas	0,12	-79,27	-20,78	21,22	19,56	34,42
66	Outros alimentos	29,03	-78,35	-31,06	0,41	27,73	57,39

Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Inclui as quantidades adquiridas por meio de despesas monetárias e não monetárias e a quantidade dos alimentos líquidos foram transformados em quilos, em que volume igual ao peso (IBGE, 2004).

3.1.5 Despesas com habitação

A distribuição das despesas com habitação e serviços públicos essenciais também merece ser analisada, uma vez que a participação desses dois agregados de consumo somados equivale a 24% das despesas globais das famílias brasileiras, enquanto as despesas pessoais respondem por 42% e as despesas com alimentação por 19%.

Inicialmente, a tabela 5 traz uma distribuição detalhada de despesas (monetárias e não monetárias) devidamente alocadas em habitação e em serviços essenciais por classes de renda.

Ao observar as famílias que possuem uma renda mensal com até 2,5 SMs ou R$ 500,00/mês, em 2003, constata-se que 17,74% dos itens de habitação se referem a aluguel, condomínio e impostos residenciais ou de propriedade (setor rural). Aliás, nota-se também que essas despesas têm um peso razoável para outras classes de renda, do qual maior observado foi na classe com dez e 25 SMs, ocupando 20,20% do seu dispêndio total exclusivamente com habitação.

Entre as famílias que detêm renda até 2,5 SMs, os serviços públicos e privados essenciais (água e esgoto, energia, gás e telefone fixo) são responsáveis por 36,32% do orçamento para habitação. Para algumas classes superiores, pode-se observar que essas despesas ainda permanecem elevadas (famílias de 2,5 a cinco SMs, 35,65%; cinco a dez SMs, 31,81%; e dez a 25 SMs, 25,97%).

Para algumas outras despesas de habitação, como parcelas de aquisição de imóveis e taxas residenciais, conforme o esperado, cresce a participação do dispêndio nas classes de renda mais elevada, alcançando 30% no grupo acima de 25 SMs.

Uma parcela do dispêndio habitacional que chama atenção, principalmente na camada de famílias até 2,5 SMs, é a aquisição de aparelhos domésticos (11%), que se aproxima da participação dos gastos com energia (12,71%) ou gás (12,58%).

TABELA 5

Distribuição das despesas *per capita* (monetária e não monetária) com habitação por classes de renda e no Brasil em 2002-2003[1]

Itens	(0 – 2,5) SM	(2,5 – 5) SM	(5 – 10) SM	(10 – 25) SM	(25 – mais) SM	Brasil
Água e esgoto	5,96	5,25	4,12	2,96	1,36	3,25
Energia	12,71	12,54	11,14	9,29	5,48	9,22
Gás	12,58	9,32	5,74	3,18	1,46	4,69
Telefone fixo	5,07	8,54	10,81	10,54	6,82	8,84
Outras despesas[1]	3,75	1,48	0,80	1,60	2,23	1,74
Outros serviços de habitação ou públicos[2]	3,45	9,93	11,85	13,63	30,02	16,98
Manutenção do lar (pequenos consertos)	10,42	8,97	8,15	6,25	6,37	7,35
Construção (mão-de-obra e material)	6,12	7,50	9,90	9,57	6,48	8,19
Manutenção e consertos (eletrodomésticos + móveis)	1,46	1,53	1,33	1,38	1,00	1,28
Aluguel de eletrodomésticos ou móveis	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Aluguel, condomínio e impostos da propriedade	17,74	15,64	16,40	20,20	18,63	18,11
Aquisição de aparelhos – uso doméstico	10,96	9,70	9,07	7,87	4,76	7,66
Aquisição de outros aparelhos[3]	0,74	0,90	1,13	1,05	0,89	0,98
Aquisição de móveis	6,91	6,66	5,60	4,82	3,57	5,01
Aquisição itens para o lar (decoração)	0,42	0,44	0,47	0,54	0,65	0,54
Serviços domésticos terceirizados	1,71	1,61	3,48	7,12	10,27	6,16
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: POF 2002-2003.

Notas: [1] Acesso à internet, TV e outras fontes de energia (carvão, querosene, etc.).

[2] Taxas residenciais, parcelas do imóvel, etc.

[3] Instrumentos ou equipamentos musicais, fotográficos, escritório, acampamento e outras utilidades.

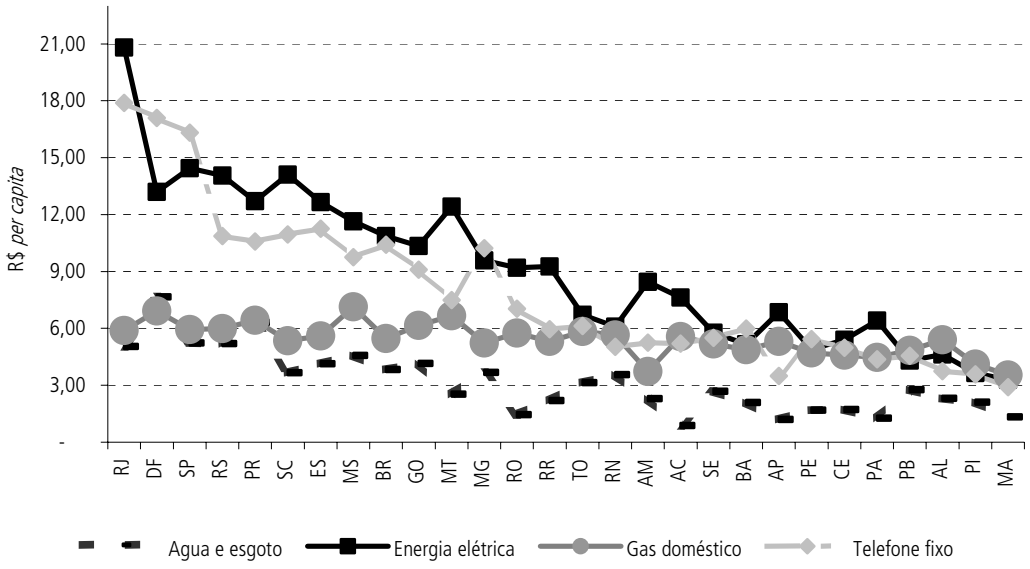
Como visto anteriormente, alguns serviços públicos e privados utilizados pela população, considerados como essenciais, dada a localidade do domicílio, podem significativamente não somente aumentar o custo de vida dos consumidores mais pobres, mas também reduzir sua qualidade de vida.

Para visualizar essa situação, procura-se retratar as despesas em termos *per capita* com saneamento, energia, gás e telefone fixo por unidade da Federação (gráfico 8).

Em linhas gerais, dentre os serviços de utilidade pública considerados, em termos *per capita*, os consumidores pagaram mais nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e no Distrito Federal. Os indivíduos do Estado do Rio de Janeiro pagaram substancialmente mais por energia elétrica (R$ 21,00/mês), do que os dos outros estados, assim como com telefone fixo (R$ 18,00/mês), na média. Ainda nessas três localidades, serviços de saneamento e gás também têm valores relativamente elevados, dos quais o consumidor do Distrito Federal tem um custo mensal de saneamento básico mais caro do país, ao redor de R$ 8,00/pessoa, e o custo mais barato se observa para os Estados do Acre e do Maranhão. Esse último, por sinal, registra os menores dispêndios para todos os serviços de utilidade em relação a outros estados.

GRÁFICO 8

Despesa *per capita* mensal familiar para serviços essenciais de habitação por unidade da Federação[1]



Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] R$/jan. 2003, e os estados foram ordenados a partir da soma dos quatros tipos de despesas.

3.2 INDIVÍDUOS

3.2.1 Características gerais

Em 2002, o Brasil possuía aproximadamente 175 milhões de pessoas, das quais 49% homens e 51% mulheres. Do total, 82% vivia no meio urbano e 17% no meio

rural. Com relação à idade, apesar de existir uma forte tendência de envelhecimento,[10] o Brasil tem um público ainda relativamente bastante jovem, isto é, 28% da população tem menos de 14 anos, 22% tem entre 15 e 25 anos, 41% possui entre 26 e 59 anos e o restante com mais de 60 anos são cerca de 15 milhões de pessoas ou 9% da população total.

Com relação à raça, cerca de 51% dos brasileiros se declararam brancos; 41%, pardos; 7%, negros; e, 1,1%, amarelos ou indígenas. Quanto à religião, 74% se consideram católicos; 21%, não católicos; e 5% não possuem religião.

Um dos grandes problemas sociais diz respeito ao baixo nível de escolaridade do brasileiro. Segundo a POF, o nível nacional médio de educação formal é de 5,07 anos. Consideradas somente as pessoas com mais de 20 anos, 11 milhões (10,38%) não têm instrução qualquer. Dentre os demais grupos, cerca de 50 milhões (50,9%) apresentam ensino fundamental e 22,7 milhões (21,3%) têm ensino médio. De outra parte, o número de pessoas que tem ensino superior é relativamente baixo, aproximadamente 9 milhões ou 9% do total.

Aproximadamente 27% da população brasileira é considerada chefe na família, ao passo que 19% está classificada como cônjuge, 42% são filhos e 10% como outros parentes, agregados, pensionistas e empregados domésticos nos domicílios. Entre os chefes, quase 13 milhões, ou 26%, são mulheres. Número percentual que cresce quando se retratam idades superiores. Por exemplo, para indivíduos chefes com mais 60 anos, exatamente 38,64%, ou 3,78 milhões, são mulheres.

3.2.2 Renda

Infelizmente, o Brasil é bastante conhecido por estar entre os países com maior desigualdade de renda do mundo. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2003, apenas 1% dos brasileiros, ou 1,7 milhão de pessoas, possuíam a soma das rendas domiciliares de 50% mais pobres ou 86,9 milhões de pessoas (RADAR SOCIAL, 2005).

A partir dos dados da POF 2002-2003, também se investigam informações referentes aos rendimentos salariais e não salariais da população ocupada. No entanto, como é citado por Castro e Magalhães (1998), o objetivo da POF é diagnosticar a estrutura de consumo de famílias, e não especificamente a renda. Adicionalmente, dado o desenho amostral da pesquisa, os números a serem apresentados podem demonstrar algumas diferenças entre aqueles levantados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnads) ou Censos.

Outro ponto relevante, segundo Medeiros (2001), é que pesquisas de caráter domiciliar que investigam a renda também podem apresentar subestimação nos valores declarados por parte dos estratos mais ricos. Ao mesmo tempo, também é plausível supor a superestimação dos valores por parte de estratos mais pobres.

10. Camarano e Medeiros (1999).

Em 2002 e 2003, segundo a POF, a renda *per capita* anual foi de R$ 6.020,00 ou US$ 5.361,00 Perchasing Power Parity (PPP). Nesse período, o PIB *per capita* foi 44,42% maior, cerca de R$ 8.694,46.[11]

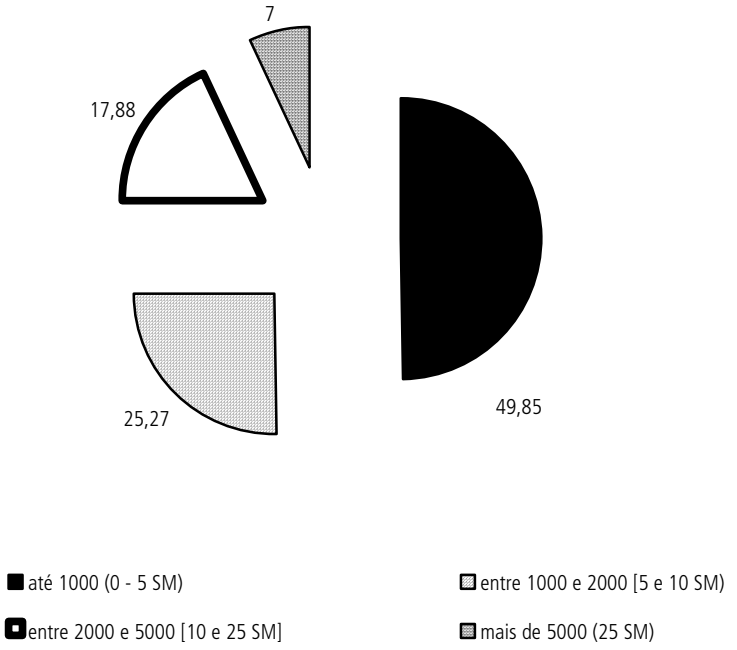
Uma parcela reduzida da população (7%) pertence a famílias que têm mais de R$ 5.000,00/mês (gráfico 9). Ao contrário, cerca de 50%, ou 87 milhões de pessoas, estão em domicílios que têm uma renda mensal de até R$ 1.000,00/mês, ou cinco salários mínimos.

Com base na POF 2002-2003, ao classificar as 175 milhões de pessoas a partir da renda *per capita*, 87,16% se enquadrariam em até 2,5 SMs, (renda mensal de até R$ 500,00), 7,15% com renda entre 2,5 e cinco SMs, 3,59% pertenceria a classe de renda com cinco e dez SMs, 1,67% estaria na classe entre dez e 25 SMs e 0,44% estariam com renda acima de 25 SMs, indicando uma péssima distribuição da renda *per capita* no país.

GRÁFICO 9

Distribuição da população segundo quatro classes de rendimento mensal familiar (monetário e não monetário) no Brasil em 2003

(Em %)



Fonte: POF 2002-2003.

O gráfico 10 apresenta, por estado, o recebimento mensal *per capita* e uma medida de desigualdade conhecida como índice de Theil-L. Esse índice assume valor "0" quando não há desigualdade e, do contrário, quanto maior o valor do índice, mais desigual é a renda decorrente do maior grau de concentração de renda (BARROS; MENDONÇA; SANTOS, 1999).

11. Para detalhes, *vide*: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2005.

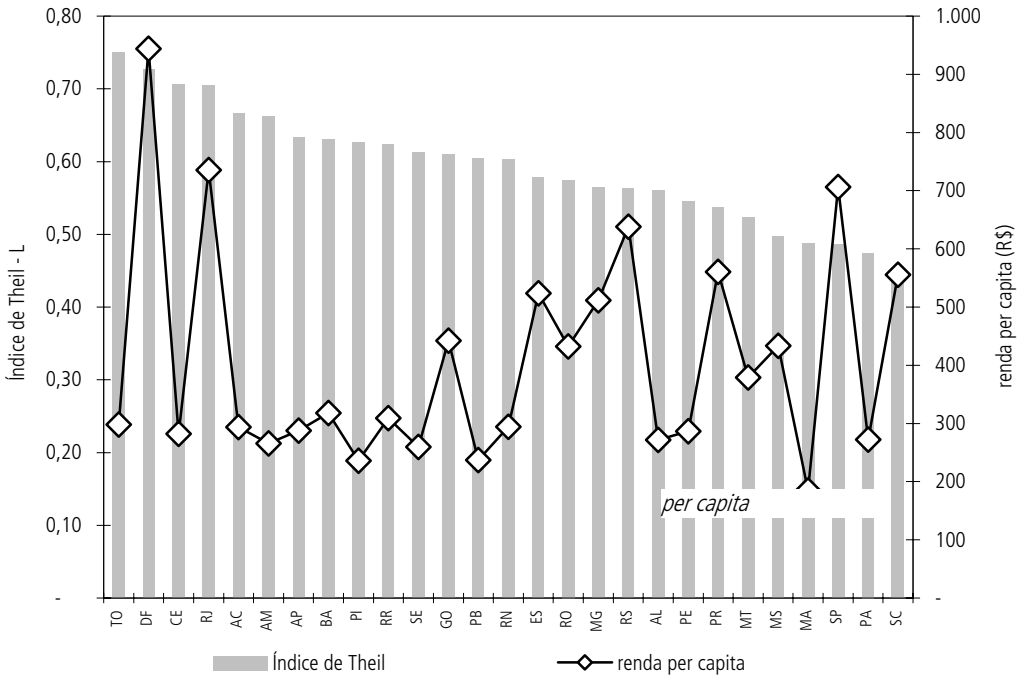
Nesse gráfico, pode-se observar que o Brasil possui um índice de desigualdade considerado elevado, de 0,66, e, de acordo com alguns estudos, essa desigualdade pouco se alterou ao longo do tempo. Por exemplo, um valor próximo é encontrado por Hoffmann (2000) com os dados agregados da POF 1995/1996, que abrangeu nove regiões metropolitanas, Goiânia e Distrito Federal. Embora limitado o universo da análise aos principais centros urbanos no país, ou representando 46,4 milhões de pessoas, o autor encontrou um valor de 0,626 da medida L de Theil. Barros, Mendonça e Santos (1999) calcularam o índice T de Theil com os dados da Pnad 1997 para todo o Brasil e encontraram um valor de 0,73.

Os Estados de Tocantins, do Ceará e do Rio de Janeiro e o Distrito Federal possuem maiores índices L, indicando maior desigualdade, enquanto os estados nos quais se observa menor desigualdade da renda são: Maranhão, São Paulo, Pará e Santa Catarina. Nos Estados de Tocantins e do Ceará também se observa uma renda *per capita* menor do que a média nacional. O Maranhão apresenta uma desigualdade de renda baixa, contudo, é a unidade de Federação com a menor renda *per capita.*

No Distrito Federal, embora a renda *per capita* se encontre em patamar elevado em relação à média nacional, configura-se também como território onde se registra a segunda maior desigualdade de renda do Brasil. Cumpre também ressaltar que apenas sete estados possuem uma renda *per capita* maior do que renda média nacional (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, São Paulo, Santa Catarina).

GRÁFICO 10

Renda *per capita* mensal e medida de desigualdade de L de Theil[1] por Estado e Brasil, em 2002-2003



Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Logaritmo neperiano da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda mensal *per capita.* Não inclui indivíduos que apresentam renda *per capita* nula.

3.2.2.1 Renda do trabalho

Do total da população brasileira, 74,5 milhões de pessoas ocupadas possuíam uma ou mais fontes de recebimento, das quais mais da metade (68,16%) recebia menos que dois salários mínimos (cerca de R$ 400,00). Enquanto 20,42% recebiam, em 2003, entre dois e cinco salários mínimos, uma pequena parcela (11,42%) recebeu mais de cinco salários mínimos (R$ 1.000,00).

A maior parte da mão-de-obra está no setor privado, aproximadamente 44%. O setor público emprega 10%, e 31,21% da força de trabalho está na função de conta própria. O restante, com 7,12%, 4,16% e 3,43%, corresponde a empregado doméstico, empregado temporário no meio rural e empregador, respectivamente.

Quanto à média salarial, excluindo-se os empregadores, os servidores do setor público possuem uma renda média mensal superior à das outras categorias para todas as regiões brasileiras (tabela 6). Nessa tabela, observa-se também que, trabalhadores da Região Nordeste auferem os menores rendimentos mensais em todas as categorias de ocupação, tendo como menor remuneração a do empregado temporário na área rural, que recebeu mensalmente, em 2003, apenas R$ 54,00. De outra parte, para essa categoria, é destaque a Região Centro-Oeste, na qual se observou, na média, R$ 149,80, a maior do Brasil. Esse retrato abre espaço para mais investigações sobre a relação do mercado de trabalho com o agronegócio na região, uma vez que ela é nacionalmente reconhecida pela sua alta capacidade produtiva.

TABELA 6

Média salarial mensal da população ocupada por região (jan./2003)[1]

(Em R$)

Posição no trabalho	Região				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste
Empregado privado	444,57	284,70	350,41	502,93	551,86
Empregado público	1.124,80	555,52	671,63	1.008,20	1.014,38
Empregado doméstico	138,83	87,73	100,55	144,69	166,41
Empregado temporário na área rural	149,80	54,22	97,11	122,14	134,48
Empregador	2.864,33	1.302,27	1.571,98	1.799,77	2.208,48
Conta própria	469,93	190,97	324,74	510,90	483,49

Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Salário mensal, já descontados previdência pública, imposto de renda e outras deduções.

Por meio de diversos estudos que investigam a relação entre educação e níveis de salário, sabe-se, por exemplo, que melhorias no nível educacional das pessoas teriam um efeito substancialmente progressivo em reduzir a pobreza latente que existe no Brasil dado um aumento da produtividade do fator trabalho (BARROS; MACHADO; MENDONÇA, 1997). No entanto, como bem ressaltado por esses autores, a dificuldade de se melhorar o nível de instrução dos adultos, considerado baixíssimo, dificulta a redução da pobreza no curto ou médio prazo.

O gráfico 11 mostra a média mensal de salário para homens e mulheres sem instrução escolar e com três diferentes níveis de educação com dados da POF 2002-2003. Em geral, constata-se, conforme a teoria, que aumento de educação média na população se relaciona a um aumento do nível salarial médio. Também se observa que homens recebem usualmente mais do que as mulheres, dentro de cada nível.

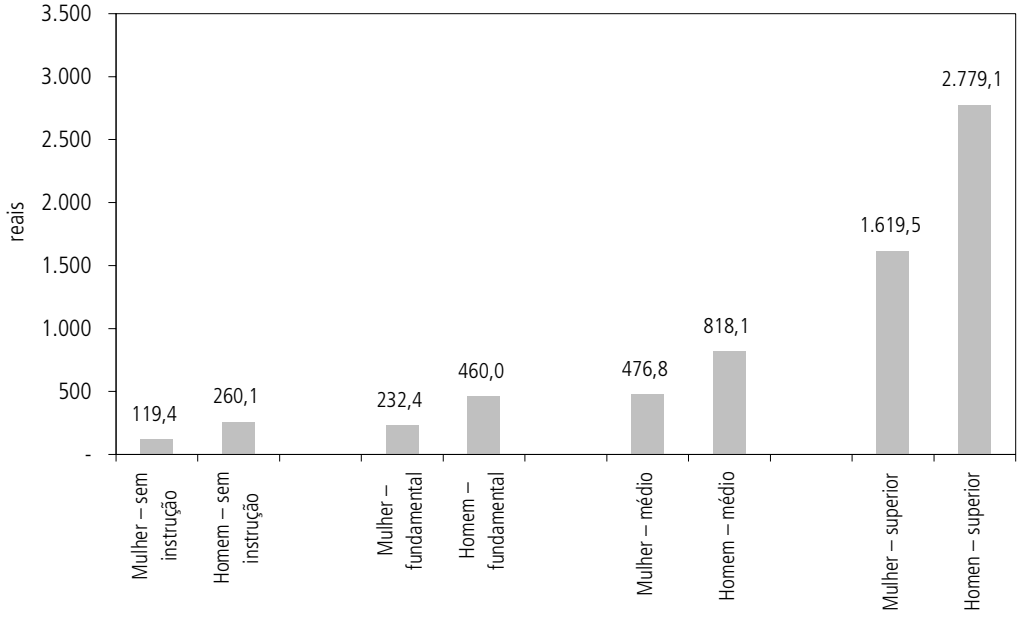
Assim, ressalta-se a hipótese de discriminação salarial por gênero. Barros, Machado; Mendonça (1997), analisando os dados das Pnads, detectaram, entre os trabalhadores com quatro anos de estudo, que o salário médio das mulheres era 46% dos salários dos homens, em 1983, e 52%, em 1993.

Contudo, antes de se tirarem conclusões mais precisas, deve ser lembrado que somente a partir de modelos econométricos apropriados se poderia aferir sobre o comportamento dos níveis de salários, dado que nesse caso existe a possibilidade de controlar outros fatores socioeconômicos e demográficos, por exemplo.

GRÁFICO 11

Média do salário mensal de acordo com o gênero e grau de instrução no Brasil em 2002-2003 (jan./2003)

(Em R$)



Fonte: POF 2002 – 2003.

3.2.2.2 Outros rendimentos

No levantamento sobre os rendimentos das famílias pela pesquisa de orçamentos familiares também se investigam informações sobre os outros tipos de recebimentos que não os do trabalho, como aposentadorias, aluguéis, pensão, renda mínima, venda de produtos, herança, etc. Essas fontes são importantes insumos para manter a qualidade de vida dos aposentados e pensionistas.

Na tabela 7, é apresentada, para quatro classes de renda, a distribuição percentual de outros rendimentos não oriundos do trabalho para dois grupos de pessoas, adultos e idosos.[12] Pela tabela, observa-se entre a população adulta não idosa da classe de renda entre dez e 25 SMs, que a proporção dos auxílios recebidos é

12. A escolha do limite de idade na classificação do idoso (acima de 60 anos de idade) baseia-se nos critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) para países em desenvolvimento. *Vide* Marangone Camargo (1988, p. 450); Camarano e Medeiros (1999, p. 5) e *Active Ageing*: a policy framework. <http://www.who.int/hpr /ageing/ActiveAgeingPolicyFrame.pdf>.

superior aos auxílios recebidos por indivíduos das famílias até cinco SMs, e mais de 25 SMs. Entre as famílias com até cinco SMs, é destaque a "renda mínima", com 41,5% do total de rendimentos.[13] Observa-se também que, à medida que cresce o rendimento familiar mensal, os valores provenientes das pensões alimentícias diminuem sensivelmente.

Embora a aposentadoria seja o principal recebimento na população idosa (acima de 60 anos de idade), conforme o esperado, e mostrado na tabela, essa modalidade também não passa despercebida entre a população adulta não idosa com valores oscilando entre 18 e 26 p.p. nas quatro classes de renda. Alguns benefícios sociais recebidos decorrentes de uma eventual invalidez do trabalhador adulto ou aposentadoria precoce estão embutidos nesses valores.

Para os idosos, a dependência dos rendimentos da aposentadoria pública ou privada tem uma sensível diminuição quando se muda de classe econômica, assim como as pensões. Contudo, nesse grupo é extremamente importante destacar que não foram computados os valores provenientes do trabalho, atividade ainda comum entre os idosos pobres, principalmente no setor informal.

TABELA 7

Distribuição percentual do volume de alguns recebimentos mensais (monetário e não monetário), segundo a renda mensal familiar no Brasil para indivíduos entre 25 e 59 anos e indivíduos com mais de 60 anos[1]

População entre 25 e 59 anos	Salário mínimo			
Categorias	(0 – 5)	(5 – 10)	(10 – 25)	(25 – mais)
Aluguel (imóveis)	2,88	6,47	9,66	13,08
Aposentadoria (pública e privada)	18,08	20,16	19,37	26,33
Auxílios (refeições e transporte)	21,14	48,23	56,99	47,54
Pensão alimentícia	16,68	10,85	6,66	5,76
Renda mínima	41,50	12,02	4,86	2,97
Outros	2,78	2,27	2,46	4,32
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
População com mais de 60 anos	Salário mínimo			
Categorias	(0 – 5)	(5 – 10)	(10 – 25)	(25 – mais)
Aluguel (imóveis)	2,33	5,02	10,16	11,87
Aposentadoria (pública e privada)	87,18	84,03	80,66	79,70
Auxílios (refeições e transporte)	0,76	3,07	2,56	2,03
Pensão alimentícia	5,80	4,61	4,33	2,64
Renda mínima	3,30	1,72	1,43	0,06
Outros	0,62	1,56	0,86	3,69
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: POF 2002-2003.

Nota: [1] Os indivíduos sem rendimentos estão incluídos nas famílias até cinco SMs.

O gráfico 12 traz a média mensal em reais de alguns recebimentos (aluguel, aposentadoria, auxílios, pensão, renda mínima e outros) que não os do trabalho para as cinco regiões brasileiras em 2002-2003, considerando indivíduos a partir de 25 anos. Observa-se que, por um lado, para quase todas as categorias analisadas, os

13. Foram considerados "renda mínima" os seguintes programas: Renda Mínima, Peti, Cesta Básica, Cartão Cidadão, Auxílio-Leite, Bolsa-Renda, Bolsa-Escola, Adjunto de Solidariedade, Agente Jovem, Auxílio-Gás, Auxílio a Portadores de Deficiência, Auxílio Energia Elétrica e Salário-Família.

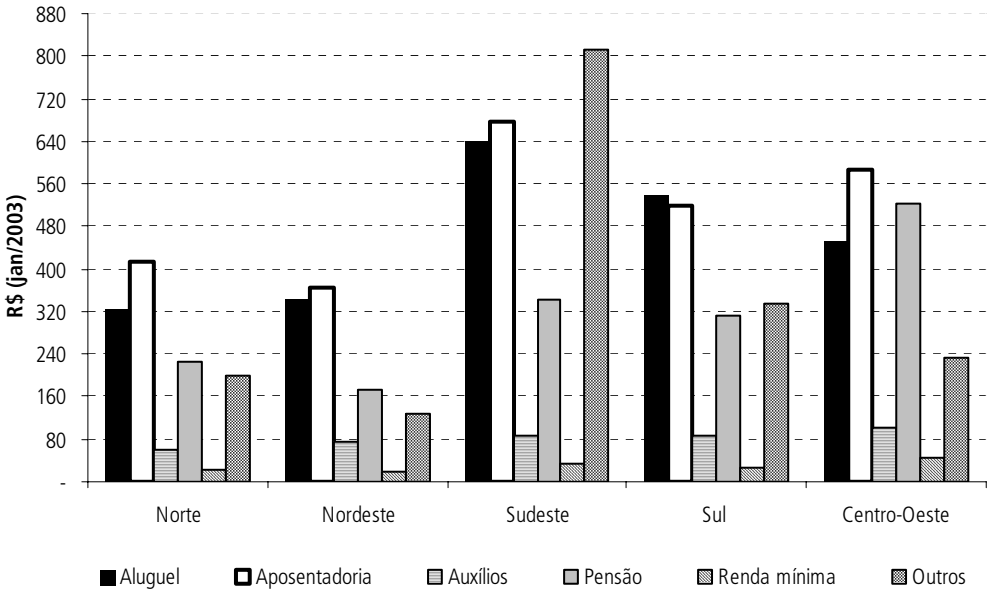
valores médios da Região Sudeste são superiores aos valores das outras regiões. Por outro lado, em relação às outras regiões, mais reduzidos são os valores para as Regiões Norte e Nordeste.

Enquanto um indivíduo do Sudeste recebe mensalmente R$ 640,00 de aluguel, na média, um indivíduo da Região Norte aufere metade do valor, R$ 320,00. Nota-se também que existem fortes discrepâncias entre regiões nos valores recebidos pelos aposentados. Sob esse aspecto, enquanto, na média, um indivíduo no Centro-Oeste recebe R$ 586,00, os aposentados nordestinos, adultos ou idosos, percebem 38% menos, ou R$ 364,00.

GRÁFICO 12

Média do valor mensal de recebimentos não oriundos do trabalho por região, em 2002-2003

(Em R$)



Fonte: POF 2002-2003.

Teorias e indicadores sinalizam que indivíduos adultos economizam durante o período laboral para depois desfrutar dos ganhos obtidos ao longo da aposentadoria, procurando garantir seu bem-estar (NERI, CARVALHO e NACIMENTO, 1999). Numa tentativa de ilustrar esse fato, procurou-se mostrar, a partir dos dados da POF, o perfil poupador dos indivíduos no decorrer da vida a partir da movimentação dos ativos financeiros.[14]

Usando o volume financeiro total com poupança, fundos de investimentos, moedas estrangeiras e ações no período de um ano, mais o número total de indivíduos entre 16 e 80 anos, calculou-se em termos *per capita*/mês o total de aplicações menos as retiradas (saldo disponível) por idade, conforme é apresentado no gráfico 13.

14. Neri, Carvalho e Nascimento (1999) aprofundam e discutem objetivamente os principais motivos para acumulação de ativos por parte dos indivíduos por meio de teorias, como a do ciclo de vida, restrições por liquidez e indivisibilidades, precaução e herança.

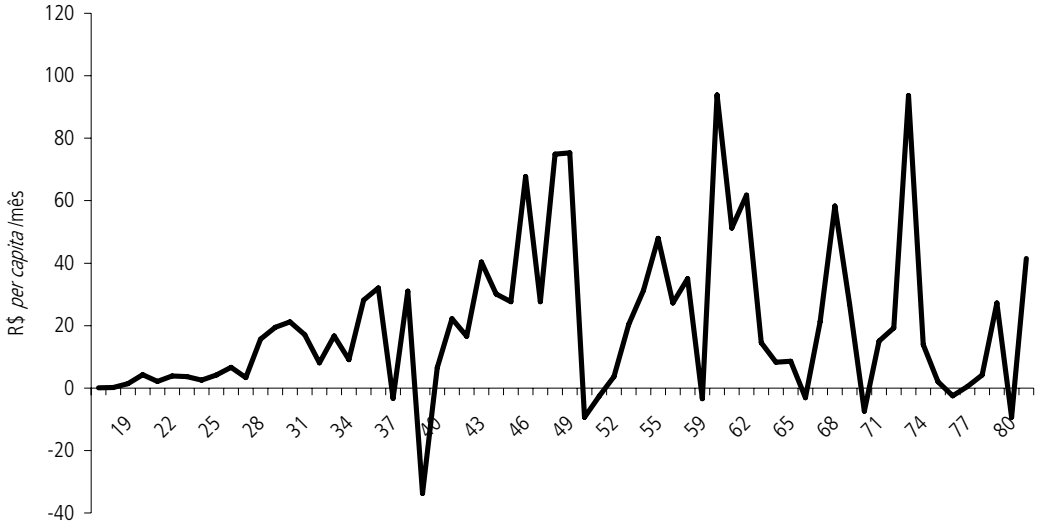
Pelo gráfico, claramente, nota-se que o cidadão brasileiro teve para 2002-2003 um perfil mais poupador, visto que se observou, mais vezes, a linha acima e ao longo do eixo horizontalmente composto pelas idades. Quando inferior ao eixo horizontal, a linha indica que, para a idade respectiva, o grupo de pessoas da mesma idade, em termos *per capita*, mais retirou do que aplicou, ficando com um saldo negativo.

Outro ponto evidente é que, com o decorrer da vida, em termos absolutos, eleva-se o valor movimentado em poupança, fundos, etc. Enquanto um jovem de 20 anos estaria aplicando R$ 2,00 por mês, um adulto de 45 anos aplica quase R$ 70,00 por mês. Isso é compreensível, pois o indivíduo tende a acumular rendimentos em decorrência da experiência adquirida durante seu período laboral.

Uma oscilação com queda significativa no valor aplicado é observada na faixa de indivíduos que possuem entre 30 e 40 anos. Isso talvez sugira a hipótese de que os matrimônios, ao ocorrerem com maior freqüência nessa faixa etária, derivam em investimentos imediatos em viagens, lar, filhos, aumento do ativo.[15]

GRÁFICO 13

Distribuição *per capita* do saldo líquido (aplicações menos retiradas financeiras) por idade no Brasil, em 2002-2003



Fonte: POF 2002-2003.

Para os indivíduos acima dos 60 anos, também se observa uma tendência de um perfil mais poupador; porém, é importante destacar que essa grande variação observada na linha poderia ser decorrente do número insuficiente de observações da pesquisa, que pode não estar representando corretamente o universo Brasil.

De qualquer forma, algumas evidências de outros estudos têm também sugerido que mesmo o indivíduo mais velho procura ter reservas de emergência, ou melhor, ter um perfil mais poupador, armazenando renda que poderia ser usada no futuro em

15. Aumento de ativo inclui despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos (IBGE, 2004).

gastos hospitalares, remédios, ou no suporte familiar. Segundo Neri, Carvalho e Nascimento (1999), motivos precaucionais de poupança, como a incerteza do futuro, levam os agentes em geral a terem um perfil poupador. Os autores mencionam que em países desenvolvidos tem ocorrido um debate sobre a importância relativa dos motivos pelos quais os indivíduos poupam para financiar o período pós-laboral ou como herança. Para o Brasil, os autores, ao analisarem dados da Associação Brasileira de Crédito e Poupança (Abecip) de 1987, em oitos regiões metropolitanas, detectaram que o principal motivo para os indivíduos aplicarem em caderneta de poupança, por exemplo, é precaucional. Ademais, esse motivo também se apresentou mais forte entre as pessoas com mais de 50 anos do que entre os indivíduos com menos de 50.

3.2.3 Despesas pessoais

Conforme foi mostrado no início desta seção, constatou-se que algumas despesas de ordem pessoal representam cerca de 42% de todas as despesas globais familiares. Além disso, existe uma grande diferença desse agregado entre as classes de renda.

A tabela 8 discrimina a distribuição da despesa *per capita* por classe econômica e Brasil (última coluna), em 2002-2003.

TABELA 8

Distribuição das despesas pessoais *per capita* por classes de renda e no Brasil em 2002-2003

Itens	(0 – 2,5) SM	(2,5 – 5) SM	(5 – 10) SM	(10 – 25) SM	(25 – mais) SM	Brasil
Comunicações	1,30	0,98	0,69	0,38	0,17	0,46
Transportes	16,25	16,06	15,27	12,75	8,90	12,31
Alimentação fora de casa	12,14	10,65	9,63	7,67	5,31	7,67
Fumo	3,47	2,61	1,75	0,87	0,41	1,16
Jogos e apostas	0,78	0,79	0,82	0,43	0,28	0,50
Lazer[1]	2,11	2,86	3,52	4,24	3,97	3,77
Produtos farmacêuticos	10,17	8,65	6,16	3,94	2,47	4,56
Pessoais[2]	14,32	13,44	11,41	8,79	6,09	9,01
Roupas [3]	12,15	10,80	8,76	6,19	3,75	6,50
Lar[4]	2,07	1,81	1,15	0,79	0,52	0,92
Serviços de ass. à saúde	3,43	4,96	5,91	6,55	7,28	6,40
Veículos[5]	8,26	10,74	14,73	20,73	18,51	17,29
Outras despesas[6]	1,59	2,34	3,34	3,99	4,16	3,66
Outros imóveis	2,88	3,43	4,00	5,43	16,95	9,02
Contribuições[7]	3,97	4,20	5,55	6,71	9,09	6,98
Educação	1,50	2,58	4,38	7,42	8,28	6,41
Viagens	3,64	3,12	2,93	3,15	3,86	3,38
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: POF 2002-2003.

Notas: [1] Jornais e revistas, diversão e esportes.

[2] Inclui artigos de toucador, serviços pessoais, bolsas, calçados, cintos, jóias, artigos de papelaria, livros não didáticos, brinquedos e materiais de recreação, relógios, aparelhos e acessórios de celular, produtos de higiene corporal e outras despesas.

[3] Inclui roupas de homens, mulheres e crianças.

[4] Inclui artigos de armarinho, utensílios domésticos e artigos de copa, cozinha, cama e banho.

[5] Aquisição, manutenção, documentação e outros gastos.

[6] Serviços bancários, cartórios, de terceiros e cerimoniais familiares ou religiosos.

[7] Mais transferências e encargos financeiros.

Na última coluna da tabela, constata-se, por exemplo, que gastos com transporte (combustível, táxi, ônibus, etc.) têm ocupado uma parcela razoável dos itens dispendidos individualmente, 12,31%. Esse agregado ainda é mais representativo nas

camadas dos indivíduos em famílias com até 2,5 SMs, em torno de 16%, e tende a diminuir quando se eleva de classe de renda. Tal comportamento é bastante semelhante para outros importantes itens, como alimentação fora de casa, despesas pessoais, produtos farmacêuticos e roupas.

Entre a população de famílias com +25 SMs, os principais itens em decorrência da despesa *per capita* ficam para veículos e para outros imóveis, com 18,51% e 16,95%, respectivamente.

Se para alguns itens anteriormente citados existem tendências de reduções nas participações relativas, quando se eleva de classe de renda, comportamento oposto é observado para gastos com serviços de assistência à saúde e educação. Esse comportamento, conforme o esperado, certamente é dado por um aumento da procura desses itens pelos estratos mais favorecidos, em razão da reduzida qualidade e da precariedade dos serviços públicos.

Em linhas mais gerais, também se observa que em alguns produtos dispendidos, como fumo, comunicações e jogos e apostas, isto é, em que existe pouca variabilidade na oferta de bens, seu peso, embora pequeno no orçamento familiar, diminui substancialmente quando se eleva de classe de renda. No entanto, é importante destacar que para indivíduos das famílias até 2,5 SMs, ironicamente, a participação do fumo na despesa pessoal *per capita* é praticamente a mesma dos serviços de assistência à saúde.

4 DISPÊNDIO MÉDIO DE ACORDO COM A TIPOLOGIA FAMILIAR[16]

Um ponto que pode ser também mais investigado numa análise sobre o dispêndio familiar ou individual é diagnosticar se diferentes tipologias da estrutura familiar determinam ou condicionam padrões de consumo diferentes. Por exemplo, é fato que pessoas idosas demandam muito mais cuidados de saúde decorrentes das doenças crônico-degenerativas do que a população adulta, onerando todo o orçamento doméstico com altos custos de tratamentos particulares e, conseqüentemente, dificultando toda a qualidade de vida da família, em razão da precariedade dos serviços de saúde públicos.

Assim, como exemplo, uma condição de chefia assumida por um idoso poderia estar determinando padrões de consumo diferentes? Para responder essa questão tabulou-se e estimou-se, a partir dos dados da POF 2002-2003, a distribuição do dispêndio *per capita* para itens não alimentares, com exceção de alimentação fora do domicílio, de acordo com a tipologia familiar (tabela 9).

Primeiramente, na abertura da tabela, identifica-se que a renda *per capita* mensal das famílias que têm idosos[17] ou idosas na condição de chefia é superior à das famílias

16. Esse tópico corresponde a uma atualização e ampliação do artigo "Determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995-1996," publicado pela Revista de Economia Aplicada, v. 8, n. 3, jul. set. – 2004, FEA/USP, de autoria do primeiro autor.

17. A escolha do limite de idade na classificação do idoso (acima de 60 anos) baseia-se nos critérios da Organização Mundial de Saúde para países em desenvolvimento [(Marangone, 1988, p. 450; Camarano e Medeiros, 1999, p.5) e Active Ageing: a policy framework. http://www.who.int/hpr/ageing/Activeageing Policy Frame. pdf (26/06/2002)].

que não possuem idosos chefes. O mesmo fato acontece com famílias que possuem idosos, sejam chefes ou não, isto é, R$ 548,94 contra R$ 484,77 das famílias sem idosos. Contudo, o tamanho médio das famílias que possuem idosos é ligeiramente menor do que aquelas que não possuem. Dessa variável, destaca-se, com menor média (2,57 indivíduos), a família com idosas exercendo a condição de chefia.

A participação de todo o dispêndio classificado como "individual" para a renda *per capita* mensal para todas as tipologias gira em torno de 40%. O destaque está em gastos com saúde e remédios nas famílias idosas, bastante superiores ao das famílias não idosas. Por exemplo, nas famílias com idosos, e chefes idosos ou idosas, os gastos com serviços de saúde são da ordem de 10% do total dispendido, excluindo-se a alimentação realizada dentro do domicílio, habitação e serviços de utilidade pública não computados nessa tabela.

Do ponto de vista do gênero na condição de chefia, esses resultados preliminares sinalizam que existem sim diferenciações no padrão de consumo da família. No caso de famílias com mulheres chefes idosas ou não idosas, a participação relativa do item roupas e despesas pessoais é superior à das famílias que têm homens como chefes de família. Enquanto o item educação também possui uma participação ligeiramente superior nas famílias chefiadas por mulheres, famílias com chefes homens (idosos ou não) detêm participações relativas superiores em veículos, transportes e outros imóveis.

TABELA 9

Renda total, *per capita*, tamanho da família e distribuição (%) das despesas pessoais *per capita* por tipologia familiar em 2002-2003

Renda/dispêndios	Chefes homens idosos	Chefes mulheres idosas	Chefes homens não idosos	Chefes mulheres não idosas	Famílias com idosos	Famílias sem idosos
Renda total mensal (R$)	1.935,28	1.394,11	1.900,62	1.652,79	1.804,28	1.837,82
Renda *per capita* mensal (R$)	572,37	541,90	488,47	491,45	548,94	484,77
Tamanho da família	3,38	2,57	3,89	3,36	3,29	3,79
Participação na renda *per capita* (%)	44,41	36,69	49,33	48,98	39,05	43,45
Comunicações	0,42	0,57	0,42	0,59	0,51	0,53
Transportes	11,27	9,52	12,88	11,67	11,90	14,58
Alimentação fora de casa	5,29	6,82	8,03	8,16	8,02	9,29
Fumo	0,98	1,39	1,16	1,21	1,35	1,30
Jogos e apostas	0,76	0,65	0,47	0,39	0,75	0,51
Lazer[1]	2,63	3,27	3,78	4,69	3,59	4,55
Produtos farmacêuticos	7,59	9,31	3,67	4,53	8,59	4,19
Pessoais[2]	7,28	9,45	8,69	11,32	8,86	10,61
Roupas[3]	5,38	6,22	6,47	7,51	6,23	7,71
Lar[4]	0,90	1,16	0,87	1,03	1,03	1,04
Serviços de assistência à saúde	10,54	9,05	5,50	6,22	10,34	6,39
Veículos[5]	15,09	11,80	19,14	13,07	5,05	6,01
Outras despesas[6]	3,05	5,34	3,47	4,40	4,07	4,19
Outros imóveis	12,79	8,05	8,86	7,28	11,91	9,65
Contribuições[7]	8,40	9,22	6,72	6,39	8,98	7,63
Educação	4,20	4,33	6,58	8,00	5,04	7,94
Viagens	3,44	3,82	3,30	3,55	3,78	3,86
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: POF 2002-2003.

Notas: [1] Jornais e revistas, diversão e esportes.

[2] Inclui artigos de toucador, serviços pessoais, bolsas, calçados, cintos, jóias, artigos de papelaria, livros não didáticos, brinquedos e materiais de recreação, relógios, aparelhos e acessórios de celular, produtos de higiene corporal e outras despesas.

[3] Inclui roupas de homens, mulheres e crianças.

[4] Inclui artigos de armarinho, utensílios domésticos e artigos de copa, cozinha, cama e banho.

[5] Aquisição, manutenção, documentação e outros gastos (não inclui combustível).

[6] Serviços bancários, cartórios, de terceiros e cerimoniais familiares ou religiosos.

[7] Mais transferências e encargos financeiros.

4.1 MODELO ECONOMÉTRICO

Para comparar mais precisamente o consumo das famílias que possuem idosos com o daquelas que não possuem, adotou-se, neste trabalho, o modelo logit. Esse modelo é adequado para o caso em que a variável dependente (y) tem natureza dicotômica, isto é, assume valores 0 ou 1, e pressupõe-se que determinadas variáveis de controle, como idade, gênero, renda, estado civil, escolaridade, tamanho da família, etc., influenciem a decisão de "consumir" ou "não consumir" tal produto.

4.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A média, o desvio-padrão e a descrição de cada variável usada na estimação estão apresentados na tabela 10.

Foram criados dois arquivos para análise, dos quais um é constituído de famílias ou unidades de consumo chefiadas por idosos e outros idosos (cônjuge e/ou parentes) presentes ou não, e um outro arquivo com famílias sem nenhum idoso.

O arquivo com idosos totalizou 9.650 observações, ou 18% da amostra, e as famílias sem idosos resultaram em 33.069 observações, ou 68% da amostra. O restante das observações (14%), não objeto da análise, inclui famílias que têm idosos, mas esses não são chefes.

TABELA 10

Média e desvio-padrão das variáveis

Variáveis	Descrição das variáveis	Família com idoso chefe		Família sem nenhum idoso	
		Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Renda *per capita*	= renda familiar total/membros da família	571,47	36.346,38	505,17	31.967,47
Tamanho da família	= número de indivíduos na família	3,07	62,43	3,67	55,06
Situação domiciliar	=1 se a família está localizada no setor urbano	0,82	12,16	0,85	11,21
Faixas etárias					
Faixa 1 (0-17)	=1 se a família tem indivíduos com até 17 anos	0,29	14,39	0,70	14,28
Faixa 2 (18-30)	=1 se a família tem indivíduos entre 18 e 30 anos	0,31	14,60	0,59	15,49
Faixa 3 (31-51)	=1 se a família tem indivíduos entre 31 e 51 anos	0,31	14,64	-	-
Faixa 4 (52-64)	=1 se a família tem indivíduos entre 52 e 64 anos	0,46	15,80	-	-
Faixa 5 (65-75)	=1 se a família tem indivíduos entre 65 e 75 anos	0,54	15,80	-	-
Faixa 6 (76-mais)	=1 se a família tem indivíduos com mais de 76 anos	0,24	13,43	-	-
Faixa 3 (31-41)	=1 se a família tem indivíduos entre 31 e 41 anos	-	-	0,48	15,77
Faixa 4 (42-51)	=1 se a família tem indivíduos entre 42 e 51 anos	-	-	0,35	15,06
Faixa 5 (52-59)	=1 se a família tem indivíduos entre 52 e 59 anos	-	-	0,17	11,94
Características do chefe					
Sexo do chefe	=1 se é do sexo masculino	0,61	15,42	0,77	13,18
Trabalho do chefe	=1 se trabalha	0,37	15,31	0,90	9,51
Educ. 4 (menos de 4)	=1 se tem menos de 4 anos	0,79	12,84	0,41	15,55
Educ. 8 (entre 5 e 8)	=1 se tem entre 5 e 8 anos	0,10	9,29	0,27	13,93
Educ. 11 (entre 9 e 11)	=1 se tem entre 9 e 11 anos	0,07	8,03	0,21	12,86
Educ. 14 (mais de 12)	=1 se tem mais de 12 anos	0,04	6,44	0,11	9,75
Localização					
Nordeste	=1 se a família está localizada na Região Nordeste	0,28	14,23	0,24	8,02
Norte	=1 se a família está localizada na Região Norte	0,05	6,91	0,07	13,56
Sudeste	=1 se a família está localizada na Região Sudeste	0,45	15,77	0,45	15,69
Sul	=1 se a família está localizada na Região Sul	0,16	11,53	0,16	11,58
Centro-Oeste	=1 se a família está localizada na Região Centro-Oeste	0,06	7,35	0,07	8,41

Elaboração dos autores a partir dos dados da POF 2002-2003.

Na tabela 10, pode-se observar que a renda *per capita* mensal da família com idosos chefes (R$ 571,37) ultrapassa a da família sem idosos (R$ 505,17).[18] No entanto, o tamanho dessa família é maior (3,67 indivíduos) do que o daquela (3,07 indivíduos).

Quanto à situação domiciliar, 82% das famílias com idosos chefes e 85% das famílias sem idosos residem na zona urbana.

Com relação às características dos chefes, observa-se, na tabela 10, que 61% nas famílias com idosos são do sexo masculino e, nas famílias sem idosos, cerca de 77% são homens.

Quanto aos chefes idosos e não idosos, respectivamente, 37% e 90% deles têm algum tipo de ocupação remunerada. A maior parte dos idosos também tem um baixo nível de escolaridade. Por exemplo, entre os chefes idosos, 79% têm menos de quatro anos de estudo. Entre os chefes não idosos, são cerca de 41%. Apenas 4% dos chefes idosos tem ensino superior (mais de 12 anos de estudo) e, entre os não idosos, esse número é 11%.

Quanto à localização geográfica, a maior parte de ambas as estruturas familiares está na Região Sudeste (45%) e na Região Nordeste (cerca de 26%).

4.3 RESULTADOS

Nas tabelas 11 e 12 são apresentados os efeitos marginais e os testes das equações propostas do modelo logit para alguns agregados de consumo mais representativos das famílias que apresentam chefe idoso e daquelas que não apresentam idosos, respectivamente. Todas as equações foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra.

O teste de chiquadrado utilizado (*Wald test*), que testa se todos os coeficientes de inclinação são zero, foi altamente significativo para cada equação, indicando que as variáveis pré-escolhidas mediram satisfatoriamente a probabilidade de consumo dos agregados analisados.

De imediato, é realizada uma análise acerca dos resultados econométricos. Contudo, dado o número elevado de equações, este trabalho se concentrará nos resultados considerados mais relevantes. Ademais, como alguns resultados também se apresentaram bastante distintos entre as duas tipologias, procurar-se-á tecer hipóteses que possam ser discutidas em maior detalhe e examinadas em estudos futuros.

Primeiro, pode-se observar que, para a maioria dos dispêndios analisados, o coeficiente da renda *per capita*, que é o efeito marginal, foi significativo e positivo, indicando que quanto maior é a renda, maior é o consumo. Somente na equação de consumo para derivados de fumo, nas duas tipologias adotadas, os sinais dos coeficientes se apresentaram negativos, embora estatisticamente não significativos.

Pela variável tamanho da família, pode-se verificar que tanto nas famílias com idosos chefes como nas sem idosos o crescimento do número de indivíduos aumenta a probabilidade de consumo em todos os agregados analisados.

A inclusão dessa variável numa análise mais robusta sobre o consumo se justifica em termos de determinados bens ou serviços para diagnosticar efeitos de economia de

18. Considerou-se somente a renda monetária.

escala, ou melhor, saber como o tamanho da família afeta o consumo. Essa hipótese foi testada com sucesso por Smallwood e Blaylock (1981). Os autores, analisando dados de consumo de 15 mil famílias entre 1977 e 1978 nos Estados Unidos, observaram que ao controlar a renda familiar, aumentando o tamanho da família, diminuía o consumo de diversos produtos alimentícios.

Por meio da variável que considera a situação de moradia da família, urbano ou rural, observou-se que em famílias urbanas chefiadas por idosos há menor probabilidade de gastar com transportes (majoritariamente combustível e ônibus) do que as que vivem no meio rural (categoria base, omitida). Existem leis que permitem ao idoso transporte urbano gratuito, situação nem sempre adotada pelos idosos rurais por falta de informação desse direito e/ou de burocracias municipais.

Em famílias sem nenhum idoso, foi apresentado um comportamento oposto, ou melhor, há um indicativo de que famílias urbanas gastam mais com transporte do que as famílias rurais.

É de domínio público que, dado o avanço das doenças crônico-degenerativas, indivíduos idosos demandam muito mais tratamentos hospitalares, preventivos, etc. do que os indivíduos não idosos. Além disso, dado o reconhecido aumento da expectativa de vida e aumento do número de idosos, recentemente vem se observando que esses indivíduos, em geral, também demandam produtos ou serviços por meio de viagens, práticas esportivas, restaurante, lazer, etc. Para tentar corroborar também essas hipóteses, procurou-se controlar a composição familiar por meio das faixas etárias.

Entre os resultados mais expressivos, em ambas as tipologias familiares, pode-se observar que a partir dos 30 anos se observa um aumento na probabilidade da demanda por serviços de saúde maior do que pelas crianças e adolescentes, indivíduos menores de 18 anos (categoria base, omitida). Certamente, como hipótese mais plausível há que se considerar os investimentos em tratamentos preventivos por causa de uma crescente preocupação dos adultos não idosos com saúde, qualidade de vida e longevidade.

Nas famílias com idosos, foi captado com sucesso pelo modelo que indivíduos a partir dos 65 anos (faixa 5 e faixa 6) demandam mais medicamentos do que os jovens, resultado esperado.

Na equação que mediu a probabilidade de dispêndio com lazer, pode-se inferir que indivíduos com mais de 76 anos procuram dispender menos do que crianças e jovens. Em faixas de idades menores, por sua vez, e em ambas as estruturas familiares, foram constatados sinais positivos nos coeficientes dessa equação. Talvez, caiba investigar com mais detalhes até que ponto as opções de lazer existentes estejam sendo satisfatoriamente adequadas aos idosos em geral. Ainda para esse grupo, pode-se observar que existe também menor probabilidade de consumir alimentos fora do domicílio, resultado provavelmente relacionado à baixa mobilidade decorrente da fragilidade óssea desses indivíduos.

Nas famílias sem idosos, em praticamente todas as faixas de idade propostas, os sinais dos coeficientes positivos indicaram maior probabilidade de consumir produtos para a maioria dos agregados de consumo. No entanto, um sinal negativo foi captado na regressão no item veículos para a faixa de idade das pessoas entre 52 e 59 anos. Esse resultado é bastante interessante do ponto de vista mercadológico, pois pessoas

dessa idade provavelmente possuem esse tipo de bem e, portanto, há menor demanda. Assim, pode-se sugerir que propostas de *marketing* desse produto devem focar no público mais jovem.

Analisando-se especificamente o dispêndio por gênero, para chefes idosos, esses têm maior probabilidade de consumir do que as mulheres chefes (categoria base, omitida) as seguintes despesas: serviços de saúde, pessoais, transporte e veículos. Enquanto, nas famílias sem idosos, o chefe homem tem maior probabilidade de consumir produtos farmacêuticos, serviços de saúde, viagens e veículos do que o chefe mulher.

Com relação ao chefe idoso que trabalha, embora o nível de significância do coeficiente não tenha atingido 10%, observa-se uma menor probabilidade de consumir serviços de saúde do que aquele que não trabalha (categoria base, omitida). Dado que se procedeu ao controle da renda, o resultado sugere maiores investigações socioeconômicas a partir desse resultado. Poder-se-ia verificar a hipótese de que os idosos trabalham porque possuem melhores condições de saúde, demandando menos tratamentos de saúde, por exemplo. As Pnads de 1998 e 2003 fornecem relevantes insumos para tal proposta porque executaram um amplo levantamento das condições de saúde e acesso aos serviços de saúde por todos os indivíduos.

Outros resultados também mostraram que para chefes não idosos trabalhando existem maiores probabilidades de consumir em despesas típicas de quem trabalha do que aqueles que não trabalham, ou melhor, com despesas pessoais, transporte, alimentação fora do domicílio, viagens e derivados de fumo.

Uma vez controlada a renda pelo modelo, pode-se verificar também a importância no nível de escolaridade no dispêndio não alimentar. Como exemplo, pode-se constatar que, entre os chefes idosos e não idosos, quanto maior o nível de escolaridade maior probabilidade de se dispender com serviços de assistência de saúde. Esse resultado tem grande importância principalmente do ponto de vista de políticas porque, uma vez que os futuros chefes idosos mais escolarizados procuram dispender com tratamentos preventivos, por exemplo, esse fato diminuiria os encargos dos governos com tratamentos de saúde curativos, principalmente entre os mais velhos, considerados pouco freqüentes em relação ao bruto da população, mas demasiadamente onerosos.

Outro resultado bastante importante foi detectar que chefes de famílias idosos mais instruídos têm menor probabilidade de dispender com derivados de fumo. Esse resultado foi captado ainda com maior sucesso na estrutura de famílias de chefes não idosos.

Quanto à localização da família, pelos resultados, observa-se que indivíduos das famílias idosas e não idosas das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste têm menor probabilidade de dispender com produtos farmacêuticos e serviços de saúde do que os indivíduos da Região Sudeste (categoria base, omitida). Com esse resultado, reforça-se a hipótese de que existam desigualdades referentes à oferta de serviços e estabelecimentos privados de saúde entre as regiões mais pobres comparativamente à Região Sudeste. Na Região Sul, para esses dois agregados, os sinais dos coeficientes não foram minimamente significativos.

Finalmente, pode-se constatar também que todos os indivíduos nas famílias com idosos e sem idosos na Região Centro-Oeste têm menores probabilidades de consumir roupas, transporte, alimentação fora do domicilio, viagens e lazer do que os da Região Sudeste.

Quanto ao lazer em particular, sob ambas as tipologias familiares consideradas, também foi observada menor probabilidade de dispender (em face da Região Sudeste) para as Regiões Nordeste e Norte.

TABELA 11

Efeitos marginais da regressão de logits para famílias com idosos

Variáveis	Produtos farmacêuticos	Serviços de ass. saúde	Pessoais	Derivados de fumo	Roupas	Transporte	Alimentação fora do domicílio	Viagens	Lazer	Veículos
Renda *per capita*	0,000047	0,000303	0,000033	-0,000015	0,000041	0,000094	0,000048	0,000054	0,000055	0,000031
	(2,32)**	(6,06)*	(2,91)*	(-0,98)	(2,33)**	(3,06)*	(2,96)*	(3,10)*	(2,86)*	(3,94)*
Tamanho da família	0,0305	0,0159	0,0201	0,0110	0,0667	0,0259	0,0527	0,0199	0,0201	0,0182
	(5,43)*	(2,57)**	(7,48)*	(2,52)**	(9,00)*	(3,81)*	(6,97)*	(3,82)*	(3,65)*	(5,46)*
Urbano	0,0240	0,0604	0,0056	-0,0477	0,0029	-0,0868	-0,0012	-0,0811	0,1481	-0,0016
	(1,83)***	(3,24)*	(1,12)	(-3,41)*	(0,20)	(-4,76)*	(-0,07)	(-5,09)*	(10,81)*	(-0,14)
Faixa 2 (18-30)	0,0346	0,0500	0,0242	0,0474	0,0636	0,1487	0,1134	0,0738	0,2150	0,0728
	(1,99)**	(2,10)**	(2,17)*	(2,48)**	(3,18)*	(6,03)*	(4,62)*	(3,52)*	(9,20)*	(4,24)*
Faixa 3 (31-51)	-0,0014	0,1005	0,0146	0,1111	0,0550	0,1608	0,1343	0,0427	0,1508	0,0548
	(-0,09)	(4,39)*	(4,17)**	(5,94)*	(2,75)*	(7,14)*	(5,93)*	(2,17)*	(7,04)*	(3,86)*
Faixa 4 (52-64)	0,0296	0,0738	0,0105	0,0533	0,0371	0,1524	0,0297	0,0420	0,0629	0,0238
	(1,46)	(2,76)*	(1,19)	(2,5)**	(1,65)***	(6,05)*	(1,15)	(1,88)***	(2,58)***	(1,39)
Faixa 5 (65-75)	0,0710	0,0731	0,0117	0,0314	-0,0035	0,0479	-0,0206	0,0104	-0,0157	-0,0012
	(3,54)*	(2,84)*	(1,41)	(1,67)***	(-0,16)	(1,90)**	(-0,81)	(0,49)	(-0,66)	(-0,08)
Faixa 6 (76-mais)	0,0662	0,0505	-0,0135	-0,0088	-0,0408	-0,0208	-0,0616	-0,0281	-0,0446	-0,0005
	(1,29)*	(1,79)***	(-1,62)	(-0,42)	(-1,70)***	(-0,77)	(-2,25)**	(-1,24)	(-1,85)**	(-0,03)
Sexo masculino	0,0216	0,0490	0,0238	0,0206	0,0017	0,0550	-0,0355	0,0260	0,0082	0,0569
	(3,78)	(2,22)**	(3,56)*	(1,24)	(0,10)	(2,59)**	(-1,67)***	(1,37)	(0,42)	(3,99)*
Trabalho do chefe	0,0007	-0,0312	0,0154	0,0035	0,0188	0,0766	0,0774	0,0526	0,0155	0,0353
	(0,04)	(-1,44)	(2,58)	(0,23)	(1,07)	(3,60)*	(3,68)*	(2,82)*	(0,79)	(2,39)**
Educ. 8 (entre 5 e 8)	0,0212	0,0863	0,0037	-0,0254	-0,0016	0,0931	0,0443	-0,0039	0,1919	0,0052
	(0,89)	(2,84)*	(0,42)	(-1,04)	(-0,06)	(3,04)*	(1,38)	(-0,14)	(6,07)*	(0,25)
Educ. 11 (entre 9 e 11)	0,0873*	0,1550	0,0143	-0,0194	0,0504	0,1398	0,0561	0,0519	0,3296	0,0117
	(3,95)	(3,37)*	(1,57)	(-0,61)	(1,49)	(3,18)*	(1,38)	(1,30)	(7,18)*	(0,46)
Educ. 14 (mais de 12)	0,0447	0,2336	0,0406	0,0047	0,0229	0,2166	0,0533	0,1164	0,3772	-0,0189
	(0,97)	(3,86)*	(6,18)*	(0,10)	(0,44)	(3,50)	(0,88)	(2,03)**	(6,23)*	(0,65)
Norte	-0,0525	-0,1452	-0,0009	0,0382	-0,0033	-0,0675	-0,0828	-0,0005	-0,0487	0,0029
	(-2,26)**	(-5,39)*	(-0,12)	(1,65)***	(-0,14)	(-2,34)**	(-2,98)*	(-0,02)	(-2,11)**	(0,16)
Nordeste	-0,0204	-0,1009	0,0036	0,0214	0,0212	-0,0177	-0,0335	0,0827	-0,0629	-0,0138
	(-1,27)	(-4,60)*	(0,65)	(1,27)	(1,25)	(-0,81)	(-1,57)	(4,28)*	(-3,39)*	(-1,04)
Sul	0,0101	-0,0006	0,0105	-0,0099	0,0481	-0,0140	-0,0347	0,0563	0,0393	-0,0173
	(0,55)	(-0,02)	(1,83)**	(-0,51)	(2,68)*	(-0,57)	(-1,46)	(2,46)**	(1,77)***	(-1,15)
Centro-Oeste	-0,0228	-0,0090	-0,0059	-0,0048	-0,0787	-0,0418	-0,1010	0,0455	-0,0399	0,0095
	(-1,17)	(-0,36)	(-0,84)	(-0,24)	(-3,66)*	(-1,68)***	(-4,25)*	(1,96)**	(-1,98)**	(0,60)
Teste chi quadrado (wald)	161,11*	317,82*	304,27*	211,54*	304,02*	425,72	350,15*	222,57*	588,88*	301,68*

Elaoração dos autores.

Obs.: * Denota significância ao nível de 1%.

** Denota significância ao nível de 5%.

*** Denota significância ao nível de 10%.

Total de observações: 9.650.

Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais.

TABELA 12

Efeitos marginais da regressão de logits para famílias sem idosos

Variáveis	Produtos farmacêuticos	Serviços de ass. saúde	Pessoais	Derivados de fumo	Roupas	Transporte	Alimentação fora do domicílio	Viagens	Lazer	Veículos
Renda *per capita*	0,0000273	0,0001964	0,0000194	-0,0000221	0,0000538	0,0001173	0,0001083	0,0000574	0,0002898	0,0000469
	(2,76)*	(5,72)*	(4,21)*	(-0,45)	(5,31)*	(5,15)*	(5,75)*	(4,84)*	(8,28)*	(4,99)*
Tamanho da família	0,0327	0,0185	0,0060	0,0120	0,0298	0,0197	0,0279	0,0142	0,0315	0,0287
	(11,05)*	(4,96)*	(7,20)*	(4,37)*	(12,67)*	(6,55)*	(8,84)*	(4,94)*	(8,43)*	(10,45)*
Urbano	0,0506	0,1069	0,0060	0,0091	0,0195	0,0284	0,0383	-0,0702	0,1673	0,0198
	(5,87)*	(9,80)*	(2,70)*	(1,05)	(3,12)*	(3,00)*	(4,07)*	(-7,13)*	(14,75)*	(2,17)**
Faixa 2 (18-30)	0,0589	0,0611	0,0066	0,0170	0,0546	0,0616	0,0494	0,0607	0,1306	0,0692
	(6,07)*	(5,07)*	(2,84)*	(1,66)***	(7,04)*	(5,76)*	(4,47)*	(5,67)*	(10,45)*	(6,75)*

(continua)

(continuação)

Faixa 3 (31-41)	0,0352	0,0537	0,0042	0,0389	0,0180	0,0594	0,0481	0,0298	0,0756	0,0473
	(3,43)*	(4,13)*	(1,89)***	(3,51)*	(2,39)**	(5,36)*	(4,10)*	(2,61)*	(5,70)*	(4,36)*
Faixa 4 (42-51)	0,0355	0,1294	0,0018	0,0872	0,0094	0,0871	0,0610	0,0824	0,1002	0,0027
	(3,91)*	(10,42)*	(0,86)	(8,36)*	(1,32)	(8,45)*	(5,63)*	(7,59)*	(7,91)*	(0,26)
Faixa 5 (52-59)	0,0500	0,1237	-0,0031	0,0713	-0,0022	0,0768	0,0131	0,0560	0,0471	-0,0467
	(4,71)*	(8,09)*	(-1,18)	(5,41)*	(-0,27)	(6,40)*	(1,04)	(4,17)*	(2,98)*	(-3,93)*
Sexo masculino	0,0185	0,0405	0,0028	0,0116	-0,0070	0,0076	0,0033	0,0250	-0,0157	0,1035
	(1,78)***	(2,99)*	(1,24)	(1,05)	(-0,96)	(0,67)	(0,29)	(2,13)**	(-1,17)	(9,96)*
Trabalho do chefe	0,0040	-0,0048	0,0079	0,0313	0,0184	0,0404	0,0566	-0,0360	-0,0087	0,0185
	(0,30)	(-0,27)	(2,31)**	(2,29)**	(1,78)***	(2,63)*	(3,60)*	(-2,16)**	(-0,49)	(1,23)
Educ. 8 (entre 5 e 8)	0,0530	0,1109	0,0033	-0,0065	0,0449	0,0970	0,0581	0,0228	0,1552	0,0280
	(5,65)*	(8,06)*	(1,57)	(-0,60)	(6,63)*	(9,29)*	(5,21)*	(1,87)***	(11,78)*	(2,35)**
Educ .11 (entre 9 e 11)	0,0933	0,2490	0,0100	-0,0733	0,0556	0,1669	0,1361	0,0946	0,2792	0,0452
	(9,11)*	(15,61)*	(4,67)*	(-6,25)*	(7,47)*	(14,68)*	(9,47)*	(6,68)*	(19,42)*	(3,33)*
Educ. 14 (mais de 12)	0,0925	0,3388	0,0109	-0,0820	0,0702	0,1829	0,1193	0,2031	0,3918	0,0983
	(6,02)*	(13,27)*	(2,60)*	(-5,00)*	(6,66)*	(9,65)*	(6,89)*	(8,70)*	(20,76)*	(4,32)*
Norte	-0,03680	-0,0036	0,0002	-0,0270	0,0020	-0,0931	-0,0744	0,0035	-0,0985	0,0204
	(-3,02)*	(-12,53)*	(0,08)	(-2,35)**	(0,24)	(-6,65)*	(-5,37)*	(0,26)	(-6,50)*	(1,58)
Nordeste	-0,0243	-0,1637	0,0004	-0,0565	0,0086	-0,0960	-0,0166	0,0732	-0,0637	-0,0207
	(-2,50)**	(-10,86)*	(0,18)	(-5,89)*	(1,25)	(-8,32)*	(-1,48)	(6,53)*	(-4,88)*	(-1,99)**
Sul	-0,0084	-0,1308	-0,0007	-0,0178	0,0241	-0,0780	-0,0248	0,0722	0,0169	0,0368
	(-0,76)	(-0,27)	(-0,3)	(-1,63)	(3,21)*	(-6,01)*	(-1,97)	(5,73)*	(1,20)	(3,10)*
Centro-Oeste	-0,0384	-0,0643	-0,0027	-0,0493	-0,0275	-0,0922	-0,0898	0,0143	-0,0261	0,0127
	(-3,47)*	(-5,01)*	(-1,12)	(-4,78)*	(-3,34)*	(-7,27)*	(-7,11)*	(1,16)	(-1,90)***	(1,11)
Teste chi quadrado (Wald)	457,06*	1543,60*	325,51*	290,37*	598,18*	749,55*	553,61*	447,76*	1772,03*	536,82*

Elaboração dos autores.

Obs.: * Denota significância ao nível de 1%.

** Denota significância ao nível de 5%.

*** Denota significância ao nível de 10%.

Total de observações: 33.069.

Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como idéia central caracterizar, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, executada pelo IBGE, a renda e o dispêndio das famílias e indivíduos sob diferentes óticas socioeconômicas, e demográficas, como classes de renda, localização geográfica e tipologias familiares para o período de 2002 e 2003.

As informações abarcadas pela POF têm importância fundamental como insumo de pesquisa por refletir principalmente o comportamento real dos agentes. Com isso, espera-se também que este trabalho estimule mais estudos sobre o custo e as condições de vida da população brasileira.

Em termos gerais, observou-se uma razoável/grande desigualdade de renda e de capacidade e perfil de consumo entre as diferentes categorias de renda ou com base na localização das unidades familiares. Notou-se também uma grande variabilidade do nível de acesso a serviços básicos e a configuração de cestas alimentares distintas por estrato de renda e/ou local (região ou mesmo unidade de Federação) do grupo familiar. Em certo sentido, a natureza de despesa das famílias mostrou-se uma decorrência direta da renda e do local do domicílio. Ademais, o trabalho também ratificou a participação relevante das aposentadorias no contexto dos rendimentos não laborais, em todas as faixas de renda observadas.

Em segundo plano, com o modelo logit, pode-se verificar também de forma mais robusta que comportamentos de consumo de distintas estruturas familiares são

diferenciados não somente em decorrência da renda domiciliar, mas também em termos regionais e demográficos, por exemplo.

Sob esse aspecto, notou-se um perfil diferenciado de consumo das famílias de acordo com a presença de um chefe familiar idoso ou não, diferença tanto mais característica quando se introduzem mecanismos de controle na escolaridade e gênero desses indivíduos. Aqui, os resultados mais finos foram encontrados em termos de perfis diferenciais no consumo familiar de itens como serviços de assistência à saúde, lazer, viagens, e remédios, em razão da presença (ou não) de um chefe familiar idoso.

Por fim, as observações encontradas procuraram contribuir para não somente se identificar do lado da demanda, para quais bens ou serviços as empresas poderiam montar estratégias de *marketing*, sistemas de produção, mas também no sentido de que os governos elaborem suas políticas públicas de serviços de saúde, alimentos ou mesmo habitacionais, levando em consideração as características específicas de cada região do país, bem como os perfis de diferentes núcleos familiares distribuídos pelo território nacional.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. S. P. *A desigualdade da pobreza*: Estratégias ocupacionais e diferenças por gênero. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 1997. 36 p. (Texto para Discussão, n. 43).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS. D. *Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1999. 27p. (Texto para Discussão, n. 686).

BARROS, R. P. *et al. Poverty, inequality and macroeconomic instability*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 19p. (Texto para Discussão, n. 750).

CAMARANO, A. A.; MEDEIROS, M. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60*: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, p. 1-15, 1999.

CASTRO, P. F.; MAGALHÃES, L. C. G. *Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras:* evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 1995/1996. Brasília: Ipea, 1998 (Texto para Discussão, n. 614).

DEFINIÇÃO e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida, 2000. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2005.

HOFFMANN, R. Elasticidades-renda das despesas e do consumo físico de alimentos no Brasil metropolitano em 1995-96. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 111-122, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 276p.

_____. *Microdados da pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Sistema de contas nacionais (IBGE/SCN Anual).* Produto Interno Bruto (PIB): variação real anual, 1990 a 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2006.

_____. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor (IBGE/Snipc)*. Inflação anual medida pelo IPCA, 1990 a 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: mar. 2006.

MARANGONE CAMARGO, A. B. Os idosos da região metropolitana de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., *Anais...* Olinda, 1988. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/t88v01a17.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2005.

MENEZES, T. *et al. Gastos alimentares nas grandes regiões urbanas do Brasil:* aplicação do modelo AID ao microdados da POF 1995/1996 IBGE. Brasília: Ipea, jul. 2002. 21p. (Texto para Discussão, n. 896).

MEDEIROS, M. *A Construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza*. Brasília: Ipea, jul. 2001. 15p. (Texto para Discussão, n. 812).

NERI, M.; CARVALHO, K.; NASCIMENTO. M. *Ciclo de vida e motivações financeiras com atenção especial aos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1999. 21p. (Texto para Discussão, n. 691).

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O Desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. *In*: BNDES. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 11-42.

PRADO, M.; POCHMAN, M. Desigualdade de rendimentos: fatos e versões. *Folha de São Paulo*, 14 dez. 1997. Segundo Caderno, Opinião Econômica, p.2.

RADAR Social. Brasília: Ipea, 2005. 144p.

REIS, C. O. O.; SILVEIRA, F. G.; ANDREAZZI, M. F. S. *Avaliação dos gastos das famílias com a assistência médica no Brasil:* o caso dos planos de saúde. Brasília: Ipea, 2002. 34p. (Texto para Discussão, n. 921).

SMALLWOOD, D.; BLAYLOCK, J. *Impact of household size and income on food spending patterns*. Washington: USDA, May 1981. 19p. (Technical Bulletin Number, n. 1.650).

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2006

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Supervisão
Aeromilson Mesquita

Revisão
Luísa Guimarães Lima
Maria Carla Lisboa Borba
Camila de Paula Santos (estagiária)
Karen Varella Maia Corrêa (estagiária)
Olavo Mesquita de Carvalho (estagiário)
Sheila Santos de Lima (estagiária)

Editoração
Bernar José Vieira
Elidiane Bezerra Borges
Luis Carlos da Silva Marques
Gustavo de Souza Ferraz de Oliveira
Rosa Maria Banuth Arendt

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5090
Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar – Grupo 609
20044-900 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3515-8433
Fax: (21) 3515-8402
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo
Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar, sala 908
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5406
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo